

IRB-Brasil Resseguros S.A.

**Assembleia Geral Ordinária e
Extraordinária
de 31 de março de 2022**

Horário: 10 horas

Assembleia realizada de modo exclusivamente digital

ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
2. INTRODUÇÃO	4
3. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES	5
4. INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA	6
5. EDITAL DE CONVOCAÇÃO	12
6. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	15
ANEXO I - INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	17
ANEXO II - PROPOSTA DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	45
ANEXO III - INFORMAÇÕES INDICADAS NOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	49
ANEXO IV - INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	60

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Com satisfação, venho convidá-los a participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do IRB-Brasil Resseguros S.A. (“IRB-Brasil RE” ou “Companhia”) que será realizada às 10h do dia 31 de março de 2022 (“Assembleia”), de modo exclusivamente digital. Na ocasião, os senhores terão a oportunidade de discutir e votar as matérias constantes do Edital de Convocação que integra este Manual.

Os acionistas, ou seus procuradores devidamente constituídos, poderão participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico de participação e votação à distância a ser disponibilizado pela Companhia ou, alternativamente, por meio de Boletim de Voto à Distância, nos termos da legislação vigente, sempre visando a assegurar a plena participação dos acionistas na Assembleia.

O presente Manual concentra todas as informações e orientações exigidas pela legislação aplicável, assim como outras que poderão auxiliá-los na avaliação das matérias que serão objeto de deliberação na Assembleia, o que está em linha com o compromisso do IRB-Brasil RE com a transparência e as melhores práticas de governança corporativa.

Todos os documentos necessários para o devido exame das matérias que serão submetidas à deliberação pelos acionistas estão sendo disponibilizados por meio deste Manual ao mercado, com a antecedência necessária para a avaliação necessária à orientação dos votos.

Esperando continuar contando com o apoio dos senhores, o IRB-Brasil RE permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura sejam necessários.

Boa leitura e bom evento a todos!

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2022

Antônio Cássio dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

2. INTRODUÇÃO

De acordo com o parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), a Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, bem como ter seu conteúdo registrado em ata única.

Utilizando-se dessa faculdade, o IRB-Brasil RE convocou a Assembleia, que será realizada no dia 31 de março de 2022, às 10h, de modo exclusivamente digital, e cujo Edital de Convocação, constante do item 5 do presente manual, enumera, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem discutidas, não cabendo a inclusão de outros assuntos que necessitem deliberação assemblear.

Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, encontram-se relacionados abaixo:

- I. Relatório da Administração sobre os negócios e os principais fatos administrativos do exercício findo;
- II. Demonstrações Contábeis;
- III. Relatório dos Auditores Independentes;
- IV. Parecer do Conselho Fiscal; e
- V. Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Os referidos documentos foram disponibilizados, em 25 de fevereiro de 2022, aos acionistas da Companhia, na sua sede, no seu site de Relações com Investidores (<http://ri.irbre.com/>), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.gov.br/cvm). Tais documentos foram, também, publicados, em 25 de fevereiro de 2022, no jornal “Valor Econômico”.

Todos os demais documentos relativos à Assembleia que fazem parte deste Manual estão à disposição dos acionistas na Diretoria de Relações com Investidores da Companhia, na Avenida Marechal Câmara, 171, 4º andar, Castelo, no Rio de Janeiro, RJ, bem como nos sites de Relações com Investidores do IRB-Brasil RE, da B3 e da CVM, acima indicados.

3. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Os comentários dos Diretores, na forma especificada no Item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº480/09, constam como **Anexo I** deste Manual.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA

Data e Horário de Realização

Neste ano, a Assembleia do IRB-Brasil RE será realizada no dia 31 de março de 2022, às 10 horas.

Quórum de Instalação

A matéria constante do item “ii” da ordem do dia em sede de assembleia geral extraordinária, sobre a proposta de reforma do estatuto social, dependerá da presença, em primeira convocação, de acionistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto da Companhia, nos termos do artigo 135, caput, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”). As demais matérias constantes da ordem do dia, tanto em sede de assembleia geral ordinária quanto de assembleia geral extraordinária, poderão ser deliberadas, em primeira convocação, se presentes acionistas representando, no mínimo, um quarto do capital social votante da Companhia, nos termos do artigo 125, caput, da Lei das Sociedades por Ações.

Esclarecemos que, caso qualquer dos quóruns de instalação acima não sejam atingidos em primeira convocação, sem prejuízo da possibilidade de deliberar, em primeira convocação, sobre os itens da ordem do dia cujo quórum de instalação seja atingido, ocorrerá nova convocação, por meio de edital a ser publicado com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, nos termos do artigo 124, §1º, II, da Lei das Sociedades por Ações. Em segunda convocação, a Assembleia instalar-se-á com a presença de qualquer número de acionistas.

Quórum de Deliberação

Nos termos do artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Local – Acesso ao Sistema Eletrônico de Participação e Votação à Distância

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico de participação a distância (“Plataforma Digital”).

Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=80989065DD0F>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 29 de março de 2022, inclusive) (“Cadastro”). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para Cadastro.

A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo indicado:

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador	X	X	X
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal ⁽¹⁾	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ⁽²⁾	-	X	X

Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso (2)	X (3)	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

(1) Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida;

(2) Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

(3) No caso de representação por procurador.

No caso de procurador ou representante legal, deverá realizar o Cadastro com seus dados no endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=80989065DD0F>. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O procurador ou representante legal que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia.

Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, sem limitação, o login e a senha individual de acesso, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista no Cadastro (ou seu respectivo procurador, conforme o caso). A Companhia ainda informa que, até 2 (duas) horas antes do horário de início da Assembleia, será enviado um lembrete acerca da realização da Assembleia, que não conterà os dados de login e de senha individual para acesso à Assembleia.

Caso o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores, por meio do e-mail gri@irbre.com, com até 1 (uma) hora de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário.

Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia na forma e prazos previstos acima.

Os acionistas se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da Assembleia, (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia.

Em antecipação às informações de acesso que serão enviadas por e-mail ao acionista devidamente cadastrado, conforme acima descrito, a Companhia solicita que o acesso à Plataforma Digital ocorra por videoconferência (modalidade em que acionista poderá assistir a Assembleia e se manifestar por voz e com vídeo) a fim de assegurar a autenticidade das comunicações, exceto se o acionista for instado, por qualquer motivo, a desligar a funcionalidade de vídeo da Plataforma Digital. Solicita, ainda, com o objetivo de manter o bom andamento da Assembleia, que os acionistas respeitem eventual tempo máximo que poderá ser estabelecido pela Companhia para a manifestação do respectivo acionista após a sua solicitação de manifestação e a abertura do áudio pela Companhia.

Na data da Assembleia, o acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos antes e até o horário de início dos trabalhos da Assembleia, sendo que o registro da presença do acionista via Plataforma Digital somente se dará mediante o acesso ao sistema, conforme instruções

e nos horários aqui indicados.

A Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas.

Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato no telefone + 55 (21) 2018-2079 ou pelo e-mail gri@irbre.com.

Em cumprimento ao artigo 21-C, §1º, II, da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia.

A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do equipamento do acionista com a Plataforma Digital) que dificultem ou impossibilitem a participação de um acionista na Assembleia.

Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 21-V, III, da Instrução CVM nº 481/09.

Edital de Convocação

O Edital de Convocação, constante do item 5 deste Manual, será publicado nos dias 4, 7 e 8 de março de 2022 no jornal Valor Econômico, bem como disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.irbre.com>).

Acionistas Representados por Procuradores

A Administração do IRB-Brasil RE sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.Sa. confira poderes para um procurador participar e votar em vosso nome relativamente às matérias objeto da Assembleia.

Quando o acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia, conforme procedimentos acima.

Excepcionalmente, diante da atual situação da pandemia da COVID-19, não será requerido que os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira sejam traduzidos para a língua portuguesa ou registrados no Registro de Títulos e Documentos.

Boletim de Voto à Distância

Além do sistema eletrônico de participação e votação à distância, a Companhia adotará, também, o sistema de votação à distância por meio do Boletim de Voto à Distância, em linha com o disposto na Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada.

Nesse sentido, os acionistas que desejarem realizar a votação por meio do boletim de voto à distância poderão encaminhar suas instruções de voto em relação à matéria da Assembleia por uma das opções abaixo descritas:

I. Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas aos seus respectivos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas na B3. Nesse caso, o voto por meio do boletim de voto à distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelas instituições e/ou corretoras responsáveis pela custódia das referidas ações.

O acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto por meio do boletim de voto à distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto à instituição e/ou corretora (agente de custódia) que mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esses últimos que, na sequência, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim de Voto à Distância é facultativa aos agentes de custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

A Companhia informa que caso seu respectivo agente de custódia não preste o referido serviço, o acionista terá a opção de enviar seu Boletim de Voto à Distância e documentos aplicáveis diretamente ao próprio IRB-Brasil RE, conforme descrito no item III a seguir.

II. Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas ao agente escriturador das ações de emissão da Companhia (Banco do Brasil S.A.)

Neste caso, o acionista deverá transmitir a instrução de voto ao agente escriturador das ações de emissão da Companhia (Banco do Brasil S.A.), observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo agente escriturador (que pode ser contatado através do e-mail aescriturais@bb.com.br).

III. Mediante encaminhamento de sua orientação de voto diretamente à Companhia

Essa opção pode ser utilizada por todos os acionistas da Companhia. Caso o acionista opte pelo encaminhamento da sua orientação de voto diretamente à Companhia, os seguintes prazos deverão ser observados:

Até 24/03/2022	O acionista poderá encaminhar para o e-mail gri@irbre.com cópia em PDF do Boletim de Voto à Distância preenchido, rubricado e assinado bem como cópia dos documentos indicados na tabela abaixo.
Em até 3 (três) dias do recebimento do Boletim de Voto à Distância	O IRB-Brasil RE confirmará, também por e-mail, o recebimento do Boletim e a sua aceitação ou, no caso de necessidade de retificação total ou parcial do Boletim, as orientações necessárias ao correto preenchimento, alertando-o também sobre quaisquer irregularidades verificadas nos documentos indicados na tabela abaixo.
Até 24/03/2022	O acionista deverá retornar, via e-mail gri@irbre.com o Boletim retificado e/ou demais documentos, se for o caso.

Alternativamente ao envio de **cópia digitalizada** nos **prazos indicados no quadro acima**, o IRB-Brasil RE solicita que o acionista **envie, por correio postal**, versão impressa do Boletim juntamente com as versões impressas dos documentos indicados na tabela abaixo, **em tempo hábil do recebimento, impreterivelmente, até o dia 24/03/2022 (inclusive)**, em sua sede, na Avenida Marechal Câmara 171, 4º andar, Castelo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 2020-901.

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Comprovante de titularidade das suas ações	X	X	X

emitido por central depositária ou pelo agente escriturador			
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal ⁽¹⁾	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ⁽²⁾	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso ⁽²⁾	X ⁽³⁾	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

⁽¹⁾ Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida;

⁽²⁾ Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

⁽³⁾ No caso de representação por procurador.

Excepcionalmente, diante da atual situação da pandemia da COVID-19, não será requerido que os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira sejam traduzidos para a língua portuguesa ou registrados no Registro de Títulos e Documentos.

A Companhia ressalta, ainda, que de maneira estritamente excepcional, aceitará que os referidos documentos sejam apresentados sem reconhecimento de firma ou cópia autenticada, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos mesmos.

Caso a documentação física elencada no quadro acima não seja recepcionada na sua sede até 24/03/2022, o IRB-Brasil RE comunicará ao acionista que os votos proferidos via Boletim serão desconsiderados.

Caso o acionista, após a transmissão da instrução de voto ou envio do Boletim, opte por participar da Assembleia virtual (pessoalmente ou por procurador), a instrução de voto mediante Boletim poderá ser desconsiderada, caso solicite exercer o voto por meio do sistema eletrônico de votação à distância.

Informações sobre Eleição de Membros para o Conselho Fiscal

Requisitos de Elegibilidade para Candidatos Indicados

Os acionistas que pretendam indicar candidatos para compor o Conselho Fiscal deverão apresentar, na Assembleia, os comprovantes necessários de atendimento dos requisitos mínimos de elegibilidade aplicáveis ao cargo, previstos na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 367/02.

Adicionalmente, de acordo com o disposto no Anexo II da Resolução CNSP 330, de 2015, só poderão ser eleitos para cargos estatutários da Companhia os candidatos previamente autorizados pela Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”). Neste sentido, os acionistas que pretendam indicar candidatos devem entrar em contato com a Companhia com antecedência mínima de 60 dias da data da Assembleia, para que os trâmites de aprovação prévia sejam seguidos.

Conflito de Interesses

Durante a realização da Assembleia, assim como ocorre nas reuniões dos órgãos de administração e fiscalização da Companhia, os acionistas presentes deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá manifestar-se qualquer acionista presente que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro acionista e a matéria objeto da deliberação.

Quando manifestado o conflito de interesse, o acionista conflitado deverá abster-se na deliberação em

relação àquele assunto. Caso o acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, o Presidente da Assembleia deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente ao conclave.

5. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.
CNPJ nº 33.376.989/0001-91
NIRE: 333.0030917-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas do IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia”), a ser realizada no dia 31 de março de 2022, às 10 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias:

1. Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) tomar as contas dos Administradores da Companhia;
- (ii) examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório anual da administração e dos pareceres dos auditores independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal da Companhia;
- (iii) fixação do número de assentos do Conselho Fiscal; e
- (iv) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal.

2. Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) fixar o limite de valor da remuneração anual global dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para o período de abril de 2022 a março de 2023.

O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar à distância na referida Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação à distância pelos acionistas e instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto à distância) encontram-se na Proposta da Administração divulgada nesta data pela Companhia.

Instruções Gerais: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico de participação a distância (“Plataforma Digital”).

Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=80989065DD0F>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 29 de março de 2022, inclusive) (“Cadastro”). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para Cadastro.

A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo indicado:

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Comprovante de titularidade das suas ações	X	X	X

emitido por central depositária ou pelo agente escriturador			
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal ⁽¹⁾	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ⁽²⁾	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso ⁽²⁾	X ⁽³⁾	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

⁽¹⁾ Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida;

⁽²⁾ Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

⁽³⁾ No caso de representação por procurador.

No caso de procurador ou representante legal, deverá realizar o Cadastro com seus dados no endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=80989065DD0F>. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O procurador ou representante legal que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia.

Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, sem limitação, o login e a senha individual de acesso, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista no Cadastro (ou seu respectivo procurador, conforme o caso). A Companhia ainda informa que, até 2 (duas) horas antes do horário de início da Assembleia, será enviado um lembrete acerca da realização da Assembleia, que não conterá os dados de login e de senha individual para acesso à Assembleia.

Caso o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores, por meio do e-mail gri@irbre.com, com até 1 (uma) hora de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário.

Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia na forma e prazos previstos acima.

Os acionistas se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da Assembleia, (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia.

Em antecipação às informações de acesso que serão enviadas por e-mail ao acionista devidamente cadastrado, conforme acima descrito, a Companhia solicita que o acesso à Plataforma Digital ocorra por videoconferência (modalidade em que acionista poderá assistir a Assembleia e se manifestar por voz e com vídeo) a fim de assegurar a autenticidade das comunicações, exceto se o acionista for instado, por qualquer motivo, a desligar a funcionalidade de vídeo da Plataforma Digital. Solicita, ainda,

com o objetivo de manter o bom andamento da Assembleia, que os acionistas respeitem eventual tempo máximo que poderá ser estabelecido pela Companhia para a manifestação do respectivo acionista após a sua solicitação de manifestação e a abertura do áudio pela Companhia.

Na data da Assembleia, o acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos antes e até o horário de início dos trabalhos da Assembleia, sendo que o registro da presença do acionista via Plataforma Digital somente se dará mediante o acesso ao sistema, conforme instruções e nos horários aqui indicados.

A Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas.

Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato pelo e-mail assembleia@irbre.com.

Em cumprimento ao artigo 21-C, §1º, II, da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia.

A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do equipamento do acionista com a Plataforma Digital) que dificultem ou impossibilitem a participação de um acionista na Assembleia.

Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 21-V, III, da Instrução CVM nº 481/09.

Nos termos da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia adotará, também, o sistema de votação à distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto à distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Banco do Brasil S.A., de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelos dos boletins de voto à distância disponibilizados pela Companhia e observadas as orientações constantes do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia.

A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede social, no seu site de Relações com Investidores (<http://ri.irbre.com/>), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Instrução CVM nº 480/09 e pela Instrução CVM nº 481/09 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia.

Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre a matéria a ser deliberada deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia. Rio de Janeiro, RJ, 25 de fevereiro de 2022. **Presidente do Conselho de Administração**, Antônio Cássio dos Santos.

6. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

O conselho de administração da Companhia apresenta à Assembleia Geral suas propostas abaixo sobre as matérias constantes da ordem do dia:

A) Assembleia Geral Ordinária

(i) tomar as contas dos Administradores da Companhia;

Propomos que sejam aprovadas as contas dos administradores, sem ressalvas.

(ii) examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório anual da administração e dos pareceres dos auditores independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal da Companhia;

Propomos que sejam aprovadas (i) sem reservas, o Relatório da Administração; e (ii) sem reservas, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e os Pareceres dos Auditores Independentes, os quais obtiveram pareceres favoráveis do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Companhia, conforme divulgado em 25 de fevereiro de 2022, nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), através do sistema Empresas.NET.

Nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução CVM 481, o item 10 do Formulário de Referência consta como **Anexo I** ao presente Manual, o qual contém os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia.

Para fins de esclarecimento, dado que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não estão sendo apresentadas as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM no 481/09, conforme decisão do Colegiado CVM no Processo CVM RJ2010/14687.

(iii) fixação do número de assentos do Conselho Fiscal;

Propomos que o número de assentos no Conselho Fiscal seja fixado em **3 (três)** membros efetivos e **3 (três)** membros suplentes.

(iv) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e

Propomos a eleição dos seguintes membros efetivos e suplentes para o Conselho Fiscal da Companhia, com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária de 2023:

Candidato	Cargo
Leonardo de Paiva Rocha	Membro Efetivo
Clodomir Felix Fialho Cachem Junior	Membro Suplente
Paulo Fontoura Valle	Membro Efetivo
Janete Duarte Mol	Membro Suplente
José Rubens Alonso	Membro Efetivo
Daniel Carlos Dominguez Massola	Membro Suplente

As informações referentes ao currículo e experiência profissional dos candidatos acima encontram-se detalhadas no **Anexo II** a este Manual.

Além disso, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membros do Conselho Fiscal encontram-se detalhadas no **Anexo III** a este Manual.

B) Assembleia Geral Extraordinária

(i) fixar o limite de valor da remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para o período de abril de 2022 a março de 2023.

O Conselho de Administração da Companhia propõe à Assembleia Geral que a remuneração global do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal para o período de abril de 2022 a março de 2023 seja no montante de **R\$ 31.805.456,63 (trinta e um milhões, oitocentos e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e três centavos)**, que serão distribuídos por deliberação do Conselho de Administração.

O limite ora proposto:

(a) Refere-se à remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal para a competência do período de abril de 2022 a março de 2023, ainda que parte dos pagamentos seja realizada em outros exercícios sociais; e

(b) Inclui a remuneração fixa e variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, bem como quaisquer benefícios e encargos incorridos ou suportados pela Companhia, diretos ou indiretos.

Em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM 481/09, informações adicionais sobre a remuneração dos administradores, nos termos do item 13 do Formulário de Referência, encontram-se disponíveis no **Anexo IV** ao presente Manual.

ANEXO I

INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1 Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Considerando os indícios de disseminação de informações inverídicas, a Administração da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, adotou procedimentos adicionais de levantamento de dados e informações, com auxílio de especialistas externos de consultoria forense, para verificar a existência de manipulações de informações e dados contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e períodos trimestrais anteriores. Os trabalhos foram substancialmente concluídos em 26 de junho de 2020 e, como resultado, as seguintes principais ações foram adotadas e são passíveis de constantes melhorias ou ainda se encontram em fase de implantação:

Governança Corporativa: revisão do Estatuto Social, com objetivo de avançar às melhores práticas; ampliação no número de conselheiros independentes e eliminação de suplências; ampliação do número de diretores estatutários e melhor especificação das respectivas responsabilidades; revisão dos Comitês de apoio ao Conselho de Administração e de seus regulamentos, prevendo a participação de especialistas externos, criação de projetos no tocante à Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e do Sistema de Controles Internos (SCI), resultando em ajustes de quase a totalidade das políticas corporativas, com maior ênfase nas alçadas decisórias, melhoria dos processos de gestão de riscos e controles via sistema integrado, corroborado por um amplo programa de treinamentos por toda a hierarquia da Companhia.

- Pessoas: substituição dos executivos que exerciam funções-chave, incluindo diretoria executiva e estatutária; afastamento de funcionários; análise da estrutura funcional da Companhia; redefinição de política de bônus e demais benefícios vinculados à performance individual dos funcionários e executivos, com maior ênfase a meritocracia e as atribuições específicas de cada função.

Controles internos: (i) levantamento de processos internos, para identificar e corrigir eventuais vulnerabilidades dos controles internos que teriam permitido a ocorrência de manipulações; (ii) análise e redefinição, quando aplicável, das políticas contábeis e atuariais internas que requerem julgamentos críticos, notadamente relacionados às reservas técnicas; (iii) revisão de diversos guindelines, como, por exemplo, sinistros e subscrição; (iv) levantamento de políticas e procedimentos de tecnologia de informação, notadamente em relação a revisão de controles de acesso e segregação de funções; (v) correção das vulnerabilidades dos canais de denúncia; (vi) revisão do Código de Conduta; e (vii) implantação de programa de treinamento a respeito do Código de Conduta e Canal de Ética da Companhia.

- Demonstrações contábeis: reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e informações trimestrais de 2019.

A Companhia continuará atuando fortemente na prevenção de fraudes e manipulações, mediante a adoção de uma política rígida de ética e conduta a ser amplamente disseminada entre seus colaboradores, parceiros e clientes. O IRB RE é uma instituição antiga, sólida, tradicional, com elevados níveis de solvência e performance operacional consistente e manterá o compromisso de atuar com responsabilidade e integridade perante aos seus clientes, acionistas e mercado e demais stakeholders.

Os valores constantes nesta seção 10 foram extraídos das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais, demonstração de resultado e fluxo de caixa da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores apresentam uma análise da Companhia com base em indicadores financeiros e patrimoniais relacionados às seguintes visões: (i) visão do negócio e (ii) visão IFRS Consolidado, conforme indicado.

A descrição das principais linhas da demonstração de resultados encontra-se no item “h” abaixo.

Abaixo os diretores destacam alguns dos principais indicadores financeiros e patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Visão do Negócio	2021	%	2020	%	2019
<i>(em milhões de reais, ou conforme indicado)</i>					
Prêmios Emitidos de Resseguros	8.760,5	(8,7%)	9.596,1	12,7%	8.515,5
Prêmios Retidos	5.556,1	3,3%	5.376,6	(14,5%)	6.289,9
Prêmios Ganhos	5.900,5	3,8%	5.683,6	0,6%	5.651,6
Sinistros Retidos	(5.988,0)	3,0%	(5.812,4)	55,0%	(3.750,7)
Custo de Aquisição	(1.412,5)	2,8%	(1.374,4)	22,0%	(1.126,5)
Resultado de Underwriting	(1.568,7)	(0,5%)	(1.577,2)	(323,1%)	707,1
Despesas Administrativas	(387,5)	23,8%	(313,0)	2,7%	(304,8)
Resultado Financeiro e Patrimonial	618,0	393,4%	125,3	(86,6%)	936,2
Lucro Líquido	(682,7)	(55,1%)	(1.521,3)	(225,7%)	1.210,1
Margem Líquida	-11,6%	15,2 p.p.	-26,8%	-48,2 p.p.	21,4%
Lucro Líquido Recorrente	(682,7)	(55,1%)	(1.521,3)	(225,7%)	1.210,1
Margem Líquida Recorrente	-11,6%	15,2 p.p.	-26,8%	-48,2 p.p.	21,4%
ROAE ^[1]	-17,0%	20,1 p.p.	-37,1%	-69 p.p.	31,9%
Taxa de Sinistralidade ^[2]	101,5%	-0,8 p.p.	102,3%	35,9 p.p.	66,4%
Índice Combinado ^[3]	133,6%	-1,7 p.p.	135,3%	40,7 p.p.	94,6%
Índice Combinado Ampliado ^[5]	120,9%	-11,5 p.p.	132,4%	51,2 p.p.	81,2%
Índice de Solvência ^[4]	1,1	-	1,7	-	2,0
Patrimônio Líquido	3.634,4	-17,7%	4.414,8	11,9%	3.945,2
Ativo Total	22.674,4	0,8%	22.490,4	28,5%	17.501,3
Índice de Liquidez corrente	0,8	-	0,9	-	0,9
Índice de Liquidez geral	1,2	-	1,2	-	1,2

^[1] Retorno sobre patrimônio líquido médio significa o resultado da divisão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido médio deduzido dos dividendos adicionais propostos, registrado em um determinado período.

^[2] Taxa de sinistralidade significa o resultado da divisão entre sinistros retidos e prêmios ganhos em um determinado período.

^[3] Índice combinado significa o resultado da divisão entre: (i) sinistros retidos adicionados de custo de aquisição, tributos sobre a receita e despesas gerais e administrativas e (ii) prêmios ganhos, registrados em um determinado período.

^[4] O Índice de solvência é o resultado da divisão entre o Patrimônio Líquido Ajustado e o Capital Mínimo Requerido.

Os diretores da Companhia destacam que o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 resultou em um prejuízo de R\$ 682,7 milhões, o que representou uma redução de 55,1% em relação ao exercício de 2020. A rentabilidade média sobre o patrimônio líquido (ROAE) atingiu -17,1%, o que representou uma redução de 20 pontos percentuais em relação ao igual período de 2020.

Dentre os destaques, os diretores ressaltam que no referido exercício (i) o total dos Prêmios Emitidos brutos foi de R\$ 8.760,5 milhões, significando uma queda de 8,7% em relação a 31 de dezembro de 2020, tendo verificado um aumento de 9,3% nas operações contratadas no Brasil e 27,3% de queda de operações contratadas no exterior. Contribuíram para essa variação, primordialmente, a participação significativa das linhas de Vida, Aviação e Rural; (ii) o total de Sinistros Retidos foi de R\$ 5.988,0 milhões, significando um incremento de 3,0% em relação a 31 de dezembro de 2020; (iii) o resultado de *Underwriting* foi negativo em R\$ 1.568,7 milhões, significando uma redução de 0,5% em relação a 31 de dezembro de 2020, principalmente, do volume de indenizações pagas no período

analisado, o que contribuiu para elevação da sinistralidade de 102,3% em 2020 para 101,5% em 2021, ou seja -0,8 p.p.; e (iv) o resultado financeiro e patrimonial foi de R\$ 618,0 milhões, significando um acréscimo de 393,4%, em relação a 31 de dezembro de 2020, com rentabilidade da carteira global de ativos próprios de -141% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrações contábeis consolidadas, a carteira de investimentos total, incluindo os ativos da IRB Participações Imobiliárias S.A., totalizava R\$ 9,0 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$ 3.634,4 milhões, apresentando queda de 17,7% em relação ao mesmo período de 2020. Os ativos totais somavam R\$ 22.674 milhões em dezembro de 2021, o que representou um crescimento de 0,8% em relação ao igual período de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, registramos um crescimento de 12,7% nos Prêmios Emitidos em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$ 9.596,1 milhões, dos quais 1% de aumento nas operações contratadas no Brasil e 28% maior nas operações contratadas no exterior. Contribuíram para esse crescimento, primordialmente, a participação significativa das linhas de Patrimonial, Rural e Marine.

(b) estrutura de capital

Os Diretores entendem que a atual estrutura de capital é compatível com seus níveis de passivos. Segue composição nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

	2021	%	2020	%	2019	%
	<i>(R\$ milhões)</i>					
Capital próprio	3.634,4	16,0%	4.414,8	19,6%	3.945,2	22,5%
Capital de terceiros	19.040,1	84,0%	18.075,6	80,4%	13.556,1	77,5%
Passivos de contratos de resseguros	15.330,1	67,6%	13.532,0	60,2%	10.431,7	59,6%
Passivos financeiros	2.051,7	9,0%	2.569,7	11,4%	1.586,2	9,1%
Provisões fiscais, previdenciárias trabalhistas e cíveis	76,2	0,3%	56,7	0,3%	500,1	2,9%
Outros passivos	1.582,2	7,0%	1.917,3	8,5%	1.038,0	5,9%
Total Passivo e PL	22.674,4	100,0%	22.490,4	100,0%	17.501,3	100,0%

Na comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital próprio reduziu R\$ 780,4 milhões. Já o capital de terceiros, composto primordialmente, por passivos de contratos de resseguros, apresentou aumento de R\$ 964,5 milhões na comparação do mesmo período. Esta variação é explicada principalmente pelo aumento no ano de 2021 da rubrica de “Provisões Técnicas – resseguros e retrocessões” que registrou um aumento corrente de “Sinistros a liquidar”, devido, primordialmente, a contratos que, em função do cenário atual, apresentaram maior celeridade no processo de atualização de reservas para alguns sinistros vultosos.

Na comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital próprio aumentou R\$ 311,0 milhões. Já o capital de terceiros, composto primordialmente, por passivos de contratos de resseguros, apresentou aumento de R\$ 4.519,5 milhões na comparação do mesmo período. Esta variação é explicada principalmente pelo aumento no ano de 2020 da rubrica de “Provisões Técnicas – resseguros e retrocessões” que registrou um aumento corrente de “Riscos vigentes emitidos”.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia acredita apresentar condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. O índice de liquidez geral (total do ativo dividido pelo total do passivo) da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foi de 1,2. Já o índice de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) foi de 0,8 em 31 de dezembro de 2021 e 0,9 em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

As emissões de debêntures da Companhia preveem a manutenção de indicadores de endividamento Dívida Bruta/Patrimônio líquido igual ou inferior a 0,35.

Além dos indicadores acima, está previsto o cumprimento (incluindo, mas não se limitando a, insuficiências), das normas pelo CNSP, pela SUSEP e/ou pelo CMN com relação à capital mínimo, reservas, liquidez, solvência e ativos garantidores.

(d) Todos os índices financeiros exigidos foram atendidos adequadamente em 31 de dezembro de 2021 fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Em 2021, diferentemente do ano de 2020, não houve captação de recursos via mercado de capitais. Assim, tanto em 2019 quanto em 2021, a única fonte de financiamento da Companhia foi o fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais e pelas atividades de investimento.

Em 2020, foram realizadas duas captações de recursos via mercado de capitais, através da emissão de debêntures, nas quais foi captado o montante total de R\$ 826,632 milhões, em conformidade ao Plano de Regularização de Liquidez (PRL) aprovado junto à SUSEP.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 2021, com a publicação da Resolução CNSP Nº 412, de 30 de junho de 2021, houve a possibilidade de constituição dos RTAs – Reinsurance Trust Agreement e utilização destes recursos, com redutores da necessidade de cobertura técnica. Desta forma, ao longo do segundo semestre de 2021, a Companhia realizou o total R\$ 1,032 bilhão (saldo em 31 de dezembro de 2021), em substituição e/ou complemento as SBLC – StandBy Letter of Credit com Colateral.

Como referência, o saldo em Conta Colateral caiu de R\$ 725,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 46,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 contribuindo para os indicadores de Liquidez regulatória da Companhia.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo devedor em aberto referente às duas emissões de debêntures simples, quirografárias, não-conversíveis em ações, cujas principais características estão descritas na tabela abaixo:

Emissão		
1ª Emissão		2ª Emissão
R\$ 597.439.000,00		R\$ 229.193.000,00
1ª Série	2ª Série	Série Única
R\$ 450.439.000,00	R\$ 147.000.000,00	R\$ 229.193.000,00
Indexador		
100% Taxa DI + 3,35% a.a.	IPCA + 6,6579% a.a	IPCA + 6,6579% a.a
Vencimento		

15/10/2023	15/10/2026	15/12/2026
Cupom		
Semestral	Semestral	Semestral
Amortização		
Bullet	5º e 6º anos	5º e 6º anos

O saldo atualizado das debêntures em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 883,5 milhões conforme detalhamento abaixo:

Código	Série/Emissão	PU	Quantidade	Saldo em aberto em 31 de dezembro de 2021
IRBR11	1ª/1ª	R\$ 1.023,07	450.439	R\$ 460.832.111,03
IRBR21	2ª/1ª	R\$ 1.142,37	147.000	R\$ 167.928.599,66
IRBR12	Única/2ª	R\$ 1.111,46	229.193	R\$ 254.738.323,29

Adicionalmente, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2021, Cartas de Crédito (*Standby Letter of Credit*) emitidas em moeda estrangeira junto aos bancos Citibank, Santander e Credit Suisse, totalizando o equivalente a aproximadamente R\$ 443,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 e aproximadamente R\$ 1,0 bilhão em 31 de dezembro de 2020. Essas Cartas de Crédito (*Standby Letter of Credit*) são emitidas em atendimento às exigências de negócios da Companhia no exterior (cedentes estrangeiras) e possuem validade de 1 ano.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui qualquer endividamento com instituições financeiras.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro. Contudo, além dos contratos descritos acima, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que novas relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2021 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

As debêntures da Companhia estabelecem que a Companhia deverá cumprir com um índice Financeiro (equivalente a Dívida Bruta dividida pelo Patrimônio Líquido) inferior a 0,35x. Em 31 de dezembro de 2021, o Índice Financeiro da Companhia era de 0,23x. Para os fins de apuração do Índice Financeiro:

- Dívida Bruta significa o volume total dos empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia, com base nas demonstrações financeiras anuais e consolidadas da Companhia

referentes ao exercício social mais recente emitidas pela Companhia; e

- Patrimônio Líquido significa o patrimônio líquido da Companhia, com base nas demonstrações financeiras anuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social mais recente emitidas pela Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpria com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros.

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os Diretores entendem que o atual nível de endividamento é compatível com uma gestão financeira adequada da liquidez regulatória e com o grau atual de alavancagem da Companhia.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Prêmios Emitidos

As receitas de prêmios emitidos são compostas do prêmio emitido bruto deduzido da comissão de resseguro paga à cedente, provenientes da atuação nas linhas de negócios de aceitação no Brasil e no Exterior.

Variações das Provisões Técnicas

As variações das provisões técnicas consistem principalmente em despesas/receitas com provisões de prêmios não ganhos.

Prêmios Ganhos

Os prêmios ganhos representam a parcela decorrida dos prêmios emitidos relativos ao prazo de vigência dos contratos de resseguros.

Sinistros Ocorridos

Os sinistros ocorridos consistem em despesas operacionais de resseguros relativas a indenizações, variação das provisões de sinistros e despesas de regulação de sinistros, salvados e ressarcimentos, sem considerar o impacto de retrocessões contratadas.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição consistem em comissões sobre prêmio pagas a corretores pela negociação dos contratos de resseguros.

Resultado com Retrocessão

Refere-se às operações cedidas em retrocessão pela Companhia. O resultado compreende o prêmio cedido líquido da recuperação da comissão de retrocessão, deduzidas as parcelas relativas à recuperação de sinistros, bem como à variação das provisões técnicas e de sinistros retrocedidos.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas são aquelas relacionadas ao exercício da atividade da Companhia, tais como pessoal próprio, localização, funcionamento e serviços de terceiros.

Despesas com Tributos

As despesas com tributos são aquelas incorridas principalmente sobre faturamento, tais como PIS/COFINS.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro inclui principalmente o resultado das aplicações financeiras e a atualização monetária de ativos e passivos.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é composto principalmente de receitas de ativos imobiliários da Companhia.

Lucro antes de Impostos e Participações

É o valor do lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participação sobre os lucros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Refere-se ao imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro apurado com base no lucro real.

Participação sobre os Lucros

O programa de remuneração variável adotado pela Companhia para os empregados baseia-se na lei de Participação sobre os Lucros e/ou Resultados, de acordo com o desempenho anual, individual e coletivo. As condições do programa são negociadas com representantes da categoria. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve distribuição de resultados.

Lucro líquido

O lucro líquido é o resultado apurado antes de impostos e participações sobre os lucros, deduzidos imposto de renda e contribuição social e participações sobre o lucro.

Demonstrativo de Resultados – IFRS Consolidado (em R\$ milhares)

	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV
	<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>					
Prêmios Emitidos	7.435.350	100,0%	8.309.558	100,0%	7.338.051	100,0%
Prêmios ganhos	7.987.428	107,4%	8.480.669	102,1%	6.610.019	90,1%
Sinistros ocorridos	(8.277.362)	(111,3%)	(8.438.864)	(101,6%)	(5.140.525)	(70,1%)
Custos de aquisição	(253.133)	(3,4%)	(257.366)	(3,1%)	(162.141)	(2,2%)
Resultado com retrocessão	(920.926)	(12,4%)	(1.268.943)	(15,3%)	(541.086)	(7,4%)
Margem Bruta	(1.463.993)	(19,7%)	(1.484.504)	(17,9%)	766.267	10,4%
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(112.715)	(1,5%)	(81.617)	(1,0%)	(75.159)	(1,0%)
Despesas administrativas	(389.376)	(5,2%)	(319.681)	(3,8%)	(329.661)	(4,5%)
Despesas com tributos	(30.309)	(0,4%)	(73.794)	(0,9%)	(121.080)	(1,7%)
Resultado Patrimonial	(7.738)	(0,1%)	210.837	2,5%	476.855	6,5%
Resultado Financeiro	610.089	8,2%	(111.604)	(1,3%)	467.760	6,4%
Resultado Operacional	(1.394.042)	(18,7%)	(1.860.363)	(22,4%)	1.184.982	16,1%
Ganhos ou Predas com ativos não recorrentes	(1.423)	(0,0%)	(1.555)	(0,0%)	11	0,0%
Lucro antes dos impostos e participações	(1.395.465)	(18,8%)	(1.861.918)	(22,4%)	1.184.993	16,1%
Imposto de renda e Contribuição Social	712.764	9,6%	380.402	4,6%	25.127	0,3%
Lucro líquido do exercício	(682.701)	(9,2%)	(1.481.516)	(17,8%)	1.210.120	16,5%
Quantidade de ações ordinárias em circulação	1.255.286.531		1.255.286.531		931.246.200	
Lucro básico e diluído por ação	-0,54		-1,18		1,30	

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Prêmios Emitidos

Prêmios emitidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 7.435,4 milhões, comparativamente a R\$ 8.309,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma queda de R\$ 874,2 milhões, ou -10,5%, como consequência das medidas de *re-underwriting* que promoveram a não-renovação de contratos com margem técnica insuficiente. Os segmentos que menos contribuíram, por volume de prêmios emitido, no exercício de 2021, foram: nuclear, automóvel e habitacional. Do total de prêmios emitidos em 2021, 60,3% decorreu do segmento de operações de resseguro no Brasil, sendo o restante, 39,7%, provenientes do segmento de operações de resseguro no exterior.

Prêmios ganhos

Prêmios ganhos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 7.987,4 milhões, comparativamente a R\$ 8.480,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um decréscimo de R\$ 493,2 milhões, ou 5,8%. Do total de prêmios ganhos em 2021, 59,2% decorreu do segmento de operações de resseguro no Brasil, sendo o restante, 40,8%, provenientes do segmento de operações de resseguro no Exterior.

A redução descrita acima, dos prêmios ganhos tanto no segmento de operações de resseguro no Brasil quanto no Exterior, justifica-se pelo decréscimo das emissões, apesar de ter se observado uma maior reversão na variação das provisões técnicas.

Sinistros ocorridos

Sinistros ocorridos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 8.277,4 milhões, comparativamente a R\$ 8.438,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, mantendo-se praticamente estável. No montante total apurado em 2021, destacam-se, principalmente, os segmentos Patrimonial, Rural e Vida. Adicionalmente, como reflexo de uma visão mais adequada e prudencial ao nível de risco dos negócios da Companhia, a Administração elevou o nível das provisões técnicas estimadas de sinistro.

Custo de aquisição

O custo de aquisição no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 253,1 milhões, comparativamente a R\$ 257,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma redução de R\$ 4,2 milhões, ou 1,6%.

Resultado com retrocessão

O resultado com retrocessão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de um prejuízo no valor de R\$ 920,9 milhões, comparativamente a um prejuízo de R\$ 1.268,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação R\$ 348,0 milhões. Esta diferença deve-se, principalmente, à redução de contratos de baixa performance com alto volume de retrocessão.

Despesas administrativas

As despesas administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 corresponderam a R\$ 389,4 milhões, comparativamente a R\$ 319,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um incremento de R\$ 69,7 milhões ou 21,8%, impactado, principalmente, pelos gastos com pessoal e despesas judiciais

Despesas com tributos

As despesas com tributos foram de R\$ 30,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 em comparação com as despesas com tributos de R\$ 73,8 milhões no exercício social

encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma redução de R\$ 43,5 milhões, ou 58,9%. Esta variação decorre de do reconhecimento ao trânsito em julgado da ação judicial referente aos créditos fiscais de PIS/PASEP, gerando, assim, um crédito a receber pela Companhia.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido foi positivo no valor de R\$ 610,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 em comparação com um resultado negativo de R\$ 111,6 milhões, no mesmo período de 2020. A expansão de R\$ 721,7 milhões, ou 646,7%, resulta, principalmente, à melhor performance das aplicações financeiras devido à elevação da taxa de juros e impacto positivo da variação cambial decorrente do aumento do dólar no período. Além dos eventos macroeconômicos previamente citados, eventos não recorrentes também contribuíram para o incremento no resultado financeiro do exercício de 2021, tal como a atualização monetária do ganho da ação judicial referente aos créditos fiscais de PIS/PASEP.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social somaram uma receita de R\$ 712,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 em comparação a uma receita de R\$ 380,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente, em função do resultado negativo antes dos impostos em 2021.

Lucro Líquido

O resultado líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de um prejuízo líquido de R\$ 682,7 milhões, em comparação o prejuízo líquido de R\$ 1.481,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou margens líquidas de -9,2% e -17,8%, respectivamente. Esta variação corresponde a uma evolução de R\$ 798,8 milhões, ou 53,9%, e é explicada pelos fatores discutidos nos itens acima.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Prêmios Emitidos

Prêmios emitidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 8.309,6 milhões, comparativamente a R\$ 7.338,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um crescimento de R\$ 971,5 milhões, ou 13,2%. Do total de prêmios emitidos em 2020, 50,7% decorreu do segmento de operações de resseguro no Brasil, sendo o restante, 49,3%, provenientes do segmento de operações de resseguro no exterior.

Os segmentos que mais se contribuíram positivamente no volume de prêmios emitidos foram Patrimonial, Petróleo e Rural no Brasil e Patrimonial e Rural no exterior.

Prêmios ganhos

Prêmios ganhos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 8.480,7 milhões, comparativamente a R\$ 6.610,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$ 1.870,6 milhões, ou 28,3%. Do total de prêmios ganhos em 2019, 52,6% decorreu do segmento de operações de resseguro no Brasil, sendo o restante, 47,4%, provenientes do segmento de operações de resseguro no Exterior.

O incremento do prêmio ganho, tanto do segmento de operações de resseguro no Brasil quanto no Exterior, justifica-se pelo aumento de volume de emissões, parcialmente compensado pelo crescimento das provisões técnicas.

Sinistros ocorridos

Sinistros ocorridos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 8.438,9

milhões, comparativamente a R\$ 5.140,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um crescimento de R\$ 3.298,3 milhões, ou 64,2%. Essa variação é explicada pela maior ocorrência de sinistros registrados, principalmente, no segmento de Patrimonial, Vida, Transportes e Aeronáuticos. Adicionalmente, como reflexo de uma visão mais adequada e prudencial ao nível de risco dos negócios da Companhia, a Administração elevou o nível das provisões técnicas estimadas de sinistro.

Custo de aquisição

O custo de aquisição no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 257,4 milhões, comparativamente a R\$ 162,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou elevação de R\$ 95,2 milhões, ou 58,7%. Esta elevação é atribuída, principalmente, às maiores comissões pagas referentes às linhas de negócios do exterior, as quais em sua grande maioria possuem intermediação de corretores de resseguro, aumento o custo necessário para sua contratação.

Resultado com retrocessão

O resultado com retrocessão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de um prejuízo no valor de R\$ 1.268,9 milhões, comparativamente a um prejuízo de R\$ 541,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação R\$ 727,9 milhões. Esta diferença deve-se principalmente às negociações de compra de proteção do portfólio da Companhia em novos mercados, refletindo o endurecimento do mercado (hard Market), com consequente redução da oferta de capacidade. Outro fator que colaborou para o incremento do custo de retrocessão foi o programa de transferência de reservas técnicas (LPT – *Loss Portfolio Transfer*) na modalidade de proteção estruturada, com objetivo de reduzir a insuficiência de liquidez regulatória.

Despesas administrativas

As despesas administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 corresponderam a R\$ 319,7 milhões, comparativamente a R\$ 329,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de R\$ 9,9 milhões ou 3,0%, resultante, principalmente, da não ocorrência do registro de participações nos lucros no exercício de 2020 em função do prejuízo apurado, compensada pelo aumento dos gastos com serviços de terceiros oriundos da reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e instauração da investigação sobre a base acionária da Companhia.

Despesas com tributos

As despesas com tributos foram de R\$ 73,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em comparação com as despesas com tributos de R\$ 121,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 o que representou uma redução de R\$ 47,3 milhões, ou 39,1%.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido foi negativo no valor de R\$ 111,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em comparação com um resultado positivo de R\$ 467,8 milhões, no mesmo período de 2019. A retração de R\$ 579,4 milhões, ou 123,9%, decorre, principalmente, à baixa performance das aplicações financeiras devido à queda da taxa de juros e impacto negativo da variação cambial decorrente do aumento do dólar no período. Além dos eventos macroeconômicos previamente citados, eventos não recorrentes também contribuíram para esta retração, tal como a perda registrada no acordo de ressarcimento com a Eletronorte e a alienação de fundo imobiliário com participação no Shopping Internacional de Guarulhos.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social somaram uma receita de R\$ 380,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em comparação a uma receita de R\$ 25,1 milhões no

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente, em função do resultado negativo antes dos impostos em 2020, conforme descrito acima.

Lucro Líquido

O resultado líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi negativo de R\$ 1.481,5 milhões, em comparação o lucro líquido de R\$ 1.210,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou margens líquidas de -17,8% e 16,5%, respectivamente. Esta variação corresponde a uma redução de R\$ 2.691,6 milhões, ou -222,4%, e é explicada pelos fatores discutidos nos itens acima.

Balanco Patrimonial

	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV
	<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>					
Ativo						
Circulante	13.990.281	61,7%	15.395.637	68,5%	10.987.890	62,8%
Disponível	38.774	0,2%	14.563	0,1%	35.864	0,2%
Caixa e bancos	38.774	0,2%	14.563	0,1%	35.864	0,2%
Aplicações	3.966.341	17,6%	3.852.340	17,1%	848.227	4,8%
Créditos de operações com resseguros e retrocessões	4.105.081	18,1%	5.764.412	25,6%	5.571.827	31,8%
Operações com seguradoras	3.215.171	14,3%	4.193.770	18,6%	3.781.669	21,6%
Operações com resseguradoras	919.770	4,1%	1.496.530	6,7%	1.688.579	9,6%
Outros créditos operacionais	30.738	0,1%	139.172	0,6%	135.390	0,8%
(-) Provisão para riscos de créditos	(60.598)	(0,3%)	(65.060)	(0,3%)	(33.811)	(0,2%)
Ativos de retrocessão - provisões técnicas	5.599.770	24,7%	5.093.437	22,6%	3.707.918	21,2%
Prêmios - retrocessão	1.201.522	5,3%	1.352.762	6,0%	1.143.675	6,5%
Sinistros - retrocessão	4.386.902	19,5%	3.732.920	16,6%	2.556.476	14,6%
Outras provisões	11.346	0,1%	7.755	0,0%	7.767	0,0%
Títulos e créditos a receber	155.857	0,7%	543.908	2,4%	722.333	4,1%
Títulos e créditos a receber	27.432	0,1%	361.560	1,6%	419.392	2,4%
Créditos tributários e previdenciários	128.425	0,6%	182.348	0,8%	302.941	1,7%
Despesas antecipadas	10.626	0,0%	7.541	0,0%	8.677	0,0%
Custo de aquisição diferidos	113.832	0,5%	119.436	0,5%	93.044	0,5%
Não circulante	8.684.160	38,3%	7.094.767	31,5%	6.513.361	37,2%
Realizável a longo prazo	8.424.008	37,2%	6.844.653	30,4%	5.839.269	33,4%
Aplicações	4.976.260	22,1%	4.461.615	19,8%	3.630.946	20,7%
Créditos das operações com resseguros e retrocessões	11.677	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
Outros créditos operacionais	11.677	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
Ativos de retrocessão - provisões técnicas	81.270	0,4%	68.386	0,3%	29.038	0,2%
Prêmios - retrocessão	81.270	0,4%	68.386	0,3%	29.038	0,2%
Títulos e créditos a receber	3.340.936	14,7%	2.303.094	10,2%	2.169.400	12,4%
Títulos e créditos a receber	589.816	2,6%	550.711	2,4%	889.416	5,1%
Créditos tributários e previdenciários	449.168	2,0%	233.786	1,0%	44.713	0,3%
Ativo fiscal diferido	2.068.057	9,2%	1.292.143	5,7%	540.686	3,1%
Depósitos judiciais e fiscais	233.895	1,0%	226.454	1,0%	694.585	4,0%
Outros créditos a receber	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Custos de aquisição diferidos	13.865	0,1%	11.558	0,1%	9.885	0,1%
Investimentos	110.529	0,5%	111.645	0,5%	547.439	3,1%
Participações societárias	22.124	0,1%	22.323	0,1%	15.857	0,1%
Imóveis destinados à renda	88.034	0,4%	89.112	0,4%	531.444	3,0%
Outros Investimentos	371	0,0%	210	0,0%	138	0,0%
Imobilizado	64.503	0,3%	72.582	0,3%	81.952	0,5%
Intangível	85.120	0,4%	65.887	0,3%	44.701	0,3%

	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV
	(em R\$ mil, exceto %)					
Passivo						
Circulante	17.351.763	76,5%	16.437.261	73,1%	12.336.252	70,5%
Contas a pagar	155.967	0,7%	301.179	1,3%	214.534	1,2%
Obrigações a pagar	26.605	0,1%	61.334	0,3%	101.694	0,6%
Impostos e encargos sociais a recolher	28.522	0,1%	39.005	0,2%	14.085	0,1%
Provisões trabalhistas	12.797	0,1%	11.051	0,0%	10.639	0,1%
Provisões para benefícios pós-emprego	42.409	0,2%	43.886	0,2%	40.269	0,2%
Impostos e contribuições a recolher	35.280	0,2%	141.743	0,6%	47.847	0,3%
Provisão para desvalorização de investimentos	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Empréstimos e Financiamentos	10.354	0,0%	4.160	0,0%	-	0,0%
Débitos de operações com resseguros e retrocessões	2.051.671	9,0%	2.569.668	11,4%	1.586.225	9,1%
Operações com seguradoras	2.572	0,0%	4.489	0,0%	2.095	0,0%
Operações com resseguradoras	1.810.175	8,0%	2.336.361	10,4%	1.411.102	8,1%
Corretores de resseguros e retrocessões	160.141	0,7%	181.384	0,8%	143.298	0,8%
Outros débitos operacionais	78.783	0,4%	47.434	0,2%	29.730	0,2%
Depósitos de terceiros	107.977	0,5%	317.441	1,4%	336.409	1,9%
Cobrança antecipada de prêmios	107.977	0,5%	317.441	1,4%	336.409	1,9%
Provisões técnicas - resseguros e retrocessões	15.036.148	66,3%	13.248.973	58,9%	10.199.084	58,3%
Ramos elementares e vida em grupo	15.036.148	66,3%	13.248.973	58,9%	10.199.084	58,3%
Provisão de prêmios não ganhos	2.812.762	12,4%	3.278.614	14,6%	2.904.439	16,6%
Riscos vigentes emitidos	2.515.874	11,2%	2.969.835	13,2%	2.631.505	15,0%
Riscos vigentes não emitidos	296.888	1,3%	308.779	1,4%	272.934	1,6%
Sinistros a liquidar	8.842.862	39,3%	6.417.059	28,5%	4.841.870	27,7%
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	3.155.351	14,0%	3.341.396	14,9%	2.217.633	12,7%
Outras provisões	225.173	1,0%	211.904	0,9%	235.142	1,3%
Não circulante	1.688.318	7,4%	1.638.341	7,3%	1.219.849	7,0%
Exigível a longo prazo	1.688.318	7,4%	1.638.341	7,3%	1.219.849	7,0%
Contas a pagar	1.317.449	5,8%	1.297.884	5,8%	486.279	2,8%
Provisões para benefícios pós-emprego	415.469	1,8%	474.143	2,1%	434.328	2,5%
Empréstimos e Financiamentos	819.107	3,6%	816.476	3,6%	0	0,0%
Outras contas a pagar	4.426	0,0%	7.265	0,0%	51.951	0,3%
Impostos e contribuições a recolher	78.447	0,3%	0	0,0%	0	0,0%
Débitos das operações com resseguros e retrocessões	789	0,0%	789	0,0%	789	0,0%
Outros débitos operacionais	789	0,0%	789	0,0%	789	0,0%
Provisões técnicas - resseguros e retrocessões	293.922	1,3%	282.999	1,3%	232.662	1,3%
Provisão de prêmios não ganhos	293.922	1,3%	282.999	1,3%	232.662	1,3%
Riscos vigentes emitidos	282.631	1,3%	271.151	1,2%	219.196	1,3%
Riscos vigentes não emitidos	11.291	0,1%	11.848	0,1%	13.466	0,1%
Outros débitos	76.158	0,3%	56.669	0,3%	500.119	2,9%
Contingências fiscais	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Contingências trabalhistas	60.036	0,3%	56.669	0,3%	48.174	0,3%
Contingências previdenciárias	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Obrigações fiscais	16.122	0,1%	0	0,0%	451.945	2,6%
Outras provisões	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Patrimônio líquido	3.634.360	16,0%	4.414.802	19,6%	3.945.150	22,5%
Capital social	4.219.524	18,6%	4.219.524	18,8%	1.953.080	11,2%
Capital social autorizado	4.253.080		1.953.080			
Aumento de capital em aprovação	-		2.300.000			
Gasto com emissão de ações	(33.556)		(33.556)			
Reservas de lucros	148.666	0,7%	832.747	3,7%	2.195.338	12,5%
Ajustes de avaliação patrimonial	(451.076)	(2,0%)	(354.715)	(1,6%)	(191.071)	(1,1%)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Ações em tesouraria	(283.760)	(1,3%)	(283.760)	(1,3%)	(12.197)	(0,1%)
Reserva de capital	1.006	0,0%	1.006	0,0%	-	0,0%
Lucros acumulados	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total do passivo e patrimônio líquido	22.674.441	100,0%	22.490.404	100,0%	17.501.251	100,0%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R\$ 13.990,3 milhões, em comparação com R\$ 15.395,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante foi de 61,7% em 31 de dezembro de 2021 e 68,5% em 31 de dezembro de 2020. Esta redução de R\$ 1.405,3 milhões ou 9,1%, decorreu principalmente da redução nas linhas de crédito das operações, decorrente de uma política mais eficiente na alocação de valores recebidos em contrapartida à conta de depósito de terceiros no passivo circulante, além do decréscimo em títulos e créditos a receber com o recebimento de acordo judicial da Eletronorte ocorrido em março de 2021.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de R\$ 8.684,2 milhões, em comparação com R\$ 7.094,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 38,3% em 31 de dezembro de 2021 e 31,5% em 31 de dezembro de 2020. Este incremento de R\$ 1.589,4 milhões ou 22,4%, decorreu principalmente da elevação das aplicações financeiras em títulos de longo prazo, aumento de créditos das operações e, principalmente, pelo aumento do ativo fiscal diferido em decorrência do prejuízo fiscal do exercício.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R\$ 17.351,8 milhões, em comparação com R\$ 16.437,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 76,5% em 31 de dezembro de 2021 e 73,1% em 31 de dezembro de 2020. Do acréscimo de R\$ 914,5 milhões, ou 5,6%, destaca-se, principalmente, o aumento na linha de provisões técnicas em função da elevação do nível dos sinistros a liquidar.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante era de R\$ 1.688,3 milhões, em comparação com R\$ 1.638,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 7,4% em 31 de dezembro de 2021 e 7,3% em 31 de dezembro de 2020 mantendo-se, assim, praticamente estável.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 3.634,4 milhões, em comparação com R\$ 4.414,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esta variação negativa de R\$ 780,4 milhões, ou 17,7%, decorreu principalmente dos fatores descritos acima.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$ 15.395,6 milhões, em comparação com R\$ 10.987,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante foi de 68,5% em 31 de dezembro de 2020 e 62,8% em 31 de dezembro de 2019. Esta elevação de R\$ 4.407,7 milhões ou 40,1%, decorreu principalmente do aumento nas linhas de aplicações financeiras em decorrência das captações ocorridas ao longo do exercício por meio das emissões de ações e debêntures, ambas citadas acima, e da linha de ativos de retrocessão – provisões técnicas em decorrência do registro da operação de retrocessão estruturada, *loss portfolio transfer* - LPT.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$ 7.094,8 milhões, em comparação com R\$ 6.513,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 31,5% em 31 de dezembro de 2020 e 37,2% em 31 de dezembro de 2019. Este

incremento de R\$ 581,4 milhões ou 9,0%, decorreu principalmente da elevação das aplicações financeiras pelo mesmo motivo descrito acima, pelo aumento do ativo fiscal diferido em decorrência do prejuízo fiscal do exercício e pela redução dos investimentos em função das vendas de shoppings ocorridas no início de 2020.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$ 16.437,3 milhões, em comparação com R\$ 12.336,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 73,1% em 31 de dezembro de 2020 e 70,5% em 31 de dezembro de 2019. Do acréscimo de R\$ 4.101,0 milhões, ou 33,2%, destaca-se, principalmente, o aumento no volume de obrigações a pagar em função de valor depositado judicialmente a ser resgatado pela União após sentença desfavorável e arquivamento de processo judicial, assim como o aumento na linha de provisões técnicas em função da elevação do nível das provisões técnicas conforme supramencionado.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$ 1.638,3 milhões, em comparação com R\$ 1.219,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 7,2% em 31 de dezembro de 2020 e 7,0% em 31 de dezembro de 2019 mantendo-se assim estável. O aumento observado neste grupo deve-se principalmente à emissão de debêntures e seu registro na linha de empréstimos e financiamentos.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 4.414,8 milhões, em comparação com R\$ 3.945,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta variação de R\$ 469,6 milhões, ou 12,0%, decorreu principalmente do aumento de capital social registrado em 2020.

10.2 Resultado Operacional e Financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

A receita da Companhia é composta de prêmios de resseguro nos segmentos de Operações de Resseguro e Retrocessão no Brasil e de Operações de Resseguro e Retrocessão no Exterior. Em ambos os segmentos a Companhia trabalha nas linhas: Patrimonial, Riscos Especiais, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos Financeiros, Vida, Habitacional, Rural, Marítimos e Aeronáuticos. Os contratos de resseguro são segregados nas modalidades Facultativos e Automáticos.

Em termos de canal de distribuição, os citados contratos podem ser celebrados de maneira direta, com as cedentes, ou por intermediação de corretores de resseguro (Broker).

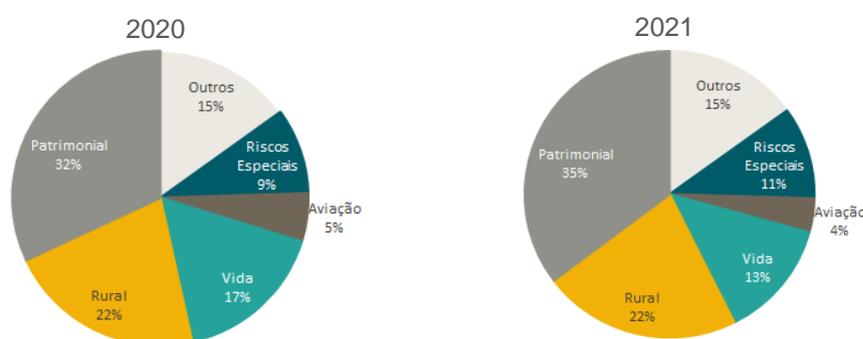
(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

No ano de 2021, o volume total de prêmio emitido reduziu 8,7% em relação a 2020, totalizando R\$ 8.760,5 milhões.

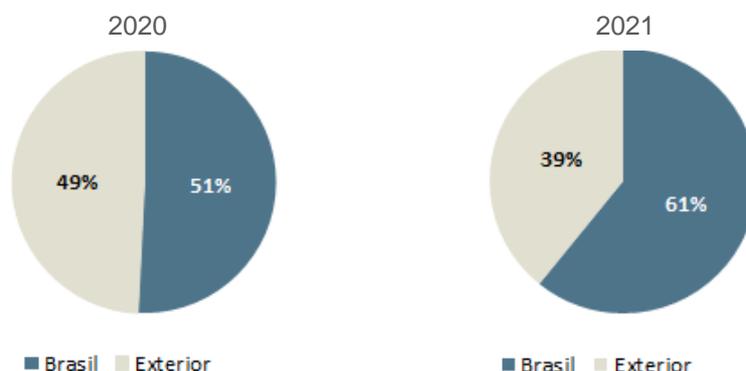
O prêmio emitido no Brasil totalizou R\$5.329,2 milhões, o que representou um incremento de 9,3%, refletindo a resiliência do negócio em um ano de pandemia.

O prêmio emitido no exterior foi de R\$3.431,3 milhões, com redução de 27,3% em relação a 2020.

Breakdown do Prêmio Emitido Total por Linhas de Negócios (% de Participação)



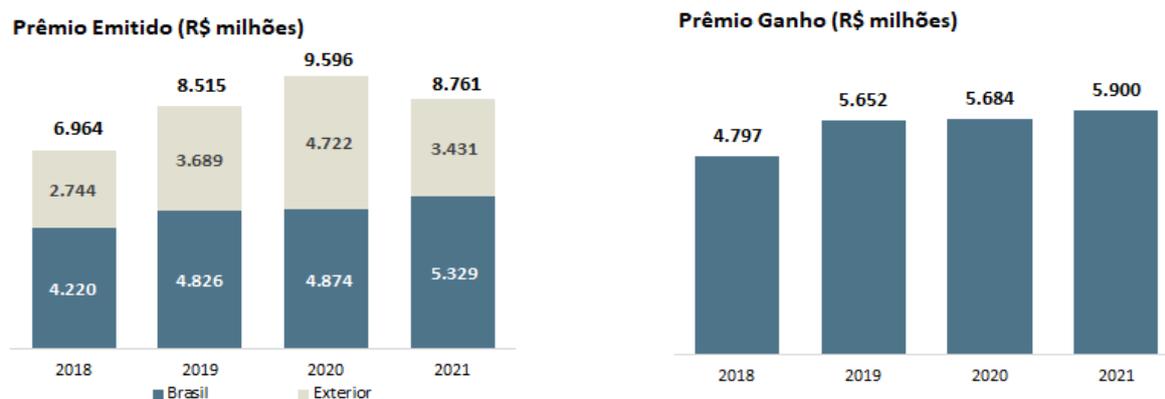
Breakdown do Prêmio Emitido Total - Brasil e Exterior (% de Participação)



No ano de 2020, a despesa com retrocessão apresentou um aumento de 89,6%, refletindo principalmente o endurecimento do mercado (*hard market*), com conseqüente redução da oferta de capacidade. Outro fator que colaborou para o incremento do custo de retrocessão foi o programa de transferência de reservas técnicas (LPT – *Loss Portfolio Transfer*) na modalidade de proteção estruturada, com objetivo de reduzir a insuficiência de liquidez regulatória. Como conseqüência, o índice de retrocessão da Companhia subiu de 26,1% em 2019 para 44,0% em 2020.

Em 2021, o total do prêmio retido foi de R\$5.556,1 milhões, um incremento de 3,3% em relação ao ano anterior, principalmente, em função da redução das despesas com retrocessão.

O total de prêmio ganho nos doze meses do ano foi de R\$5.900,5 milhões, aumento de 3,8% em relação a 2020, devido ao efeito positivo na variação das provisões técnicas.



No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o sinistro retido total foi de R\$5.988,0 milhões, crescimento de 3,0% em relação ao mesmo período reapresentado de 2020. O índice de sinistralidade total apresentou queda de 0,8 p.p, ante ao mesmo período do ano anterior, saindo de 102,3% para 101,5%.

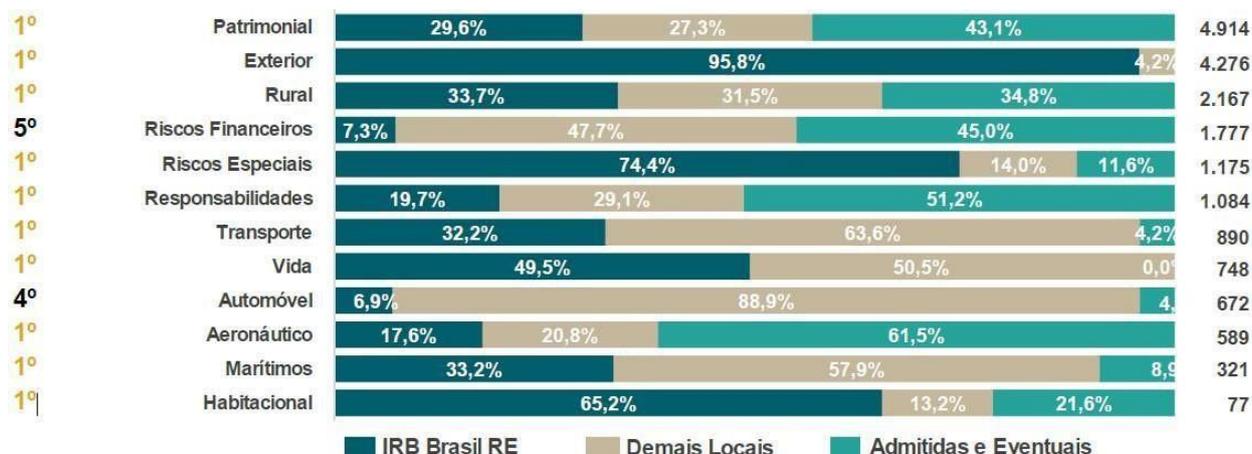
O montante elevado de sinistros retidos no ano de 2021 pode ser explicado pelos seguintes fatores (i) contratos subscritos em anos anteriores que visavam apenas ao crescimento, sem foco nas margens; (ii) contratos que, em razão do cenário pandêmico, apresentaram maior celeridade no processo de atualização de reservas para alguns sinistros vultosos; (iii) ajustes cambiais dos sinistros em moeda estrangeira em decorrência do cenário de desvalorização do real frente ao dólar.

Em 2021, portanto, o resultado de subscrição seguiu fortemente impactado pela elevada sinistralidade, levando a um resultado negativo de R\$1.568,7 milhões.

A Companhia tem fortalecido as parcerias com os principais clientes do mercado, com um Market Share de aproximadamente 30% em 2020, o que representa um Market Share mais de quatro vezes superior ao do segundo colocado.

Em 2020, a Companhia foi líder no Brasil em 9 dos 11¹ grupos de ramos de resseguro mais a carteira de risco no exterior, conforme classificação e dados publicados pela SUSEP, dentre os quais se destacam as linhas de negócio: Patrimonial, Rural, Vida e Riscos Especiais.

¹ Com base nas últimas informações divulgadas pela SUSEP, dos 15 grupos de ramos de seguro SUSEP, o grupo 04 (cascos) e 08 (créditos) estão em run off, sendo absorvidos, no caso de cascos, por Marítimos (14) e Aeronáuticos (15) e crédito, por riscos financeiros (07).



*Dados atualizados em março/21. Fonte: SUSEP.

A Companhia apresentou um ROAE (Return on Average Equity) de -17,1%, -37,1% e 31,9% em 2021, 2020 e 2019, respectivamente.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é impactada por variações nos preços, taxas de câmbio e inflação. Cabe destacar que os impactos causados nas receitas da Companhia ocasionados pelas modificações descritas neste item não afetarão exclusivamente a Companhia, podendo impactar o mercado como um todo.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

Os resultados operacionais e financeiros da Companhia são impactados por variações nos preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros. Cabe destacar que os impactos causados nas receitas da Companhia ocasionados pelas modificações descritas neste item não afetarão exclusivamente a Companhia, podendo impactar o mercado como um todo.

Os ativos e passivos referentes aos riscos aceitos em moedas diferentes da moeda nacional são mantidos na moeda dólar, minimizando assim o efeito de eventuais oscilações cambiais.

Ao mesmo tempo que um aumento de inflação tende a reduzir a receita de resseguro da Companhia e do mercado, como um todo, impacta positivamente o resultado financeiro, tendo em vista o conseqüente aumento da taxa de juros. Em contrapartida, a redução da inflação poderá incrementar a receita no segmento de resseguro. Como resultado, a Companhia considera que está relativamente protegida dos riscos de elevação da taxa de inflação.

10.3 Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos e Esperados nas Demonstrações Financeiras

(a) introdução ou alienação de linha de negócio

Não houve, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a introdução ou alienação de qualquer linha de negócio da Companhia, ou seja, de unidade geradora de caixa.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico. Ver item 10.8 sobre desinvestimentos relevantes.

(c) eventos ou operações não usuais

Exceto pelo descrito no item 10.9 desse Formulário de Referência, no que tange aos impactos da pandemia de COVID-19 nas atividades e na condição financeira da Companhia, não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia em relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram emitidos sem ressalvas e ênfases.

Em virtude da reapresentação dos números referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em 31 de agosto de 2020, embora, tenha se mantido sem ressalvas, foi incluída no parecer deste exercício a ênfase conforme abaixo:

Reapresentação das demonstrações contábeis

Chamamos atenção para o fato de que em 18 de fevereiro de 2020 emitimos relatório de auditoria sem ressalvas sobre as demonstrações contábeis do IRB-Brasil Resseguros S.A., que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na Nota 1.4, essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a correção de erros descrita na referida nota explicativa. Esse relatório substitui o originalmente emitido em 18 de fevereiro de 2020. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

10.5 Políticas Contábeis Críticas

A Administração informa que as práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e que a aplicação deste conjunto de normas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos, quando aplicável.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo.

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Ao final de cada período de reporte, é avaliado se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir, ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o valor recuperável desse ativo é estimado. Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, é efetuado anualmente o teste de *impairment* de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de *impairment* de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

A Administração entende que o objetivo social da Companhia é obter lucros e a renda gerada está sujeita ao pagamento de tributos nas diversas jurisdições onde desenvolve atividades operacionais.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pela Companhia no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pela Companhia, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos tributos sobre os lucros registrados nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que os contratos de resseguro da Companhia são contabilizados no início da cobertura de risco mantendo essa caracterização até que todos os direitos e obrigações se extingam ou expirem.

Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte.

A Companhia detém ativos imobiliários destinados à renda, que são objetos de locação e utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o CPC 28 – Propriedade para Investimento) para avaliação destes ativos. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação por 3 anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV. Os ativos imobiliários são depreciados pelo método

linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem.

A Administração informa que a Companhia possui provisões técnicas constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e as respectivas notas técnicas atuariais, sendo elas:

(a) Provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos (PPNG- RVE), constituída pela parcela não decorrida de prêmios emitidos no período. Tem por objetivo estimar a ocorrência futura de sinistros que serão pagos pela Companhia e é apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato. Em complemento a essa provisão, é constituída a provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), calculada com base em uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram emitidos, sendo apurada a partir de metodologia descrita em nota técnica atuarial.

(b) Provisão de sinistros a liquidar (PSL), constituída pela estimativa do valor a indenizar indicada nos avisos de sinistros recebidos dos resseguradores e das sociedades seguradoras e é ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais. O saldo da PSL contém o volume referente à provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados, descrita abaixo.

(c) Provisão para sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados, relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica atuarial e/ou relatórios de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, na data base de cálculo.

(d) Provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados, relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica atuarial e/ou relatórios de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros já ocorridos e não são do conhecimento da Companhia.

(e) Provisão para excedentes técnicos é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos.

(f) Provisão de despesas relacionadas (PDR), destinadas às despesas próprias referentes a regulação dos sinistros e a provisão complementar de cobertura (PCC), que deverá ser constituída quando for verificada insuficiência do montante total de passivos da Companhia, no teste de adequação de passivos.

O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro, em linha com os requisitos do CPC 11 – Contratos de Seguro.

Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Se apurada insuficiência, esta deve ser reconhecida na Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Os fluxos de caixa são agregados por grupos de ramos de acordo com suas similaridades, adicionando a discriminação dos contratos em moeda nacional e estrangeira, observadas as divisões entre prêmios registrados e futuros e sinistros ocorridos.

Para apurar o valor presente dos fluxos de caixa estimados, utiliza-se o desconto financeiro obtido através do modelo de Svensson para as curvas de cupom de IPCA, pré-fixada e cupom cambial.

A Companhia tem seus produtos do ramo vida estruturados no regime de repartição simples, portanto não são utilizadas tábuas de mortalidade para projeção de fluxos de caixa.

A premissa de sinistralidade utilizada no TAP é calculada considerando a estimativa proveniente dos sinistros incorridos, considerando a experiência histórica da Companhia.

A premissa da estimativa do ativo de retrocessão é calculada considerando as informações do ativo de retrocessão, referente às provisões de prêmios e sinistros, comparado às provisões técnicas correspondentes.

A Administração acompanha periodicamente sua sinistralidade, índice combinado e teste de adequação de passivos visando manter o equilíbrio técnico-atuarial de seus contratos.

Por fim, a Administração comenta que as provisões judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas avaliações do departamento jurídico da Companhia, dos consultores legais independentes e do acompanhamento sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços.

As provisões judiciais de natureza cível operacional, objeto de contestação judicial, são calculadas e contabilizadas, também, com base em percentuais específicos, os quais são calculados a partir da análise do histórico de encerramento dos correspondentes processos judiciais, que considera a relação dos valores desembolsados com os processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. Tais percentuais de probabilidade de perda foram aplicados às contingências cíveis operacionais existentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis consolidadas.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "Outros Passivos Contingentes", no passivo não circulante. As contingências de natureza cível operacional estão contabilizadas na rubrica "Sinistros a Liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada.

Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante, e são corrigidos pela taxa Selic. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):

(i) *arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos*

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(ii) *carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(iii) *contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(iv) *contratos de construção não terminada*

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(v) *contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos

(a) Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos para o exercício social de 2022. Não obstante, a Companhia avalia constantemente oportunidades para negociar seus ativos não estratégicos, caso estejam alinhados com os interesses financeiros ou de gestão da Companhia.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há novos produtos e serviços sendo desenvolvidos pela Companhia.

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Alteração da contabilização de créditos

A Companhia tem direito ao crédito de PIS e COFINS sobre sinistros pagos no exercício, mas não vinha contabilizando os créditos diferidos sobre as provisões de sinistros. Durante esse período, a Companhia analisou as práticas adotadas no mercado com relação à constituição desses direitos decorrentes de créditos tributários e concluiu por alterar sua prática contábil.

Por esse motivo, desde o primeiro trimestre de 2021, a Companhia passou a reconhecer os créditos tributários de PIS e COFINS originários das provisões de sinistros, deduzidas as provisões para recuperações de sinistros. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%. Para fins de apuração das bases de cálculo dessas contribuições, os valores são dedutíveis quando pagos ou recebidos. Essa mudança de prática contábil gerou um efeito positivo líquido de imposto de renda e contribuição social de R\$ 39.747 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Como consequência, a Companhia ajustou as suas informações de períodos anteriores para manter a comparabilidade das informações divulgadas, conforme demonstrado abaixo e refletido no item 10.1 (h) deste Formulário de Referência:

Controladora e Consolidado	
2020	
<u>1 - Impactos no resultado e patrimônio da Companhia</u>	
PIS e COFINS diferidos	66.245
Despesa com imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes	(26.498)
Efeito no resultado	39.747
Ajuste de exercícios anteriores	118.925
Efeito no patrimônio líquido	158.672
<u>2 - Impactos acumulados no ativo da Companhia</u>	
PIS e COFINS diferidos	264.450
Despesa com imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes	(105.778)
Efeito no ativo	158.672

Impactos da pandemia de COVID-19 nas atividades da Companhia

Como resultado do surto global de uma nova cepa de coronavírus, ou COVID-19, surgiram incertezas que continuam a ter um impacto adverso nas condições econômicas e de mercado globais, incluindo o Brasil. Em resposta ao surto, a Companhia adotou várias medidas destinadas a proteger a saúde de seus funcionários e a estabilidade de suas operações, entre as quais: (i) implementação de uma política de trabalho em casa e várias medidas preventivas relacionadas e, (ii) suporte remoto ao cliente por nossa equipe. Além disso, o IRB Brasil RE mantém um Comitê de Crise para desenvolver e acompanhar um plano estratégico de ações, visando estar preparado para enfrentar os potenciais impactos trazidos pela pandemia. Com respeito às carteiras de negócios da Companhia, os principais impactos estão relacionados ao aumento da sinistralidade retida de certos ramos. Desde o início da pandemia nosso resultado foi impactado diretamente por sinistros retidos que totalizaram R\$ 168.295, conforme quadro abaixo:

	2021	2020
Pessoas	116.884	13.987
Patrimonial e Responsabilidades	22.691	7.749
Riscos Financeiros	3.677	-
Demais	3.057	270
	146.289	22.006

(a) Pessoas: A pandemia era um risco excluído na maioria dos contratos domésticos da Companhia, não obstante considerando o aumento na demanda pelo produto de seguro de vida individual nos últimos meses das Seguradoras nacionais, passamos a precificar e ofertar esta cobertura a partir das renovações de nossos contratos. Em alguns contratos internacionais a cobertura de pandemia estava prevista. Os sinistros por mortes decorrentes de COVID-19 no exercício de 2021 representaram cerca de R\$ 116.864 mil, frente ao montante de R\$ 13.987 mil de sinistros semelhantes incorridos no exercício anterior, considerando negócios domésticos e internacionais nessa carteira, em bases retidas. Com o avanço da vacinação em todas as geografias em que operamos, notadamente no Brasil, e a provável redução do impacto da variante Ômicron, estimamos o arrefecimento no volume de mortes. Outro aspecto importante é que com a precificação e cobrança da cobertura de pandemia, devemos ao longo de 2022 aumentar nosso Prêmio Ganho do ramo. Ambos os fatores devem propiciar recuperação gradativa dos efeitos adversos observados desde o início da COVID-19.

(b) Patrimonial e Responsabilidades: A receita de resseguro varia em função dos valores ressegurados com base no preço dos ativos das empresas. Caso ocorra queda no preço destes bens, o valor ressegurado será menor, podendo impactar no prêmio emitido dessa linha de negócio. Com a redução da produção e faturamento das empresas, os valores ressegurados com base nos lucros das empresas sofrerão impacto, e o prêmio emitido dessa linha de negócio também poderá ser afetado. Contudo, nos últimos meses, impactos muito pequenos têm sido observados, que são quase totalmente compensados pelo aumento de taxas em face do hard market. Com relação à sinistralidade dos negócios domésticos, é imprescindível que ocorra um dano material previsto no contrato para gerar alguma indenização decorrente da paralisação dos negócios. Como regra internacional, danos decorrentes de doenças e pandemia estão explicitamente excluídos das apólices, e desta forma os prejuízos estão limitados a exceções que garantem este tipo de cobertura. No exercício de 2021, os sinistros associados à COVID-19 totalizaram aproximadamente R\$ 22.691 mil nessas carteiras, comparados a R\$ 7.749 mil no exercício de 2020, em bases retidas para negócios no Brasil e no exterior. Existem movimentos nos mercados internacionais que buscam viabilizar o enquadramento de algum tipo de sinistro de lucros cessantes decorrente da pandemia via tribunais. Portanto, em caso de eventuais desdobramentos negativos das referidas discussões judiciais, a Companhia poderá registrar perdas específicas nesta linha de negócio.

(c) Riscos Financeiros: A retração econômica representa menos investimentos diretos e indiretos, impactando a necessidade de garantias, tanto no setor público quanto no privado. Adicionalmente, o adiamento e/ou cancelamento de privatizações, concessões e Parcerias Público Privadas na esfera pública, e projetos de investimento na esfera privada impactam os prêmios de seguro e resseguro. Não foi observado impacto expressivo relacionado ao Coronavírus nas operações da Companhia no período, pelo fato da carteira ser predominantemente formada por grandes empresas. A Companhia também não observou, até a presente data, impactos significativos decorrentes da COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas estimativas contábeis. Em 2021, registramos sinistros retidos na ordem de R\$ 3.677 mil. A extensão do impacto da COVID-19 no desempenho operacional e financeiro ainda depende de desenvolvimentos futuros, incluindo a duração e a propagação do surto e seu impacto sobre os clientes da Companhia, e, portanto, não pode ser estimada com precisão. Se a pandemia ou a desaceleração econômica resultante continuarem a piorar, poderá ser experimentado pela Companhia maior volume de sinistros ou níveis mais altos de provisões técnicas, o que poderia ter um efeito adverso em seus resultados operacionais.

ANEXO II

PROPOSTA DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

PROPOSTA DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL PARA 2022

Nos termos desse Manual, a administração propõe à Assembleia Geral a eleição de 3 (três) membros efetivos e seus suplentes para o Conselho Fiscal. Para tais vagas, os candidatos são:

- (a) **LEONARDO DE PAIVA ROCHA**, para membro efetivo
- (b) **CLODOMIR FELIX FIALHO CACHEM JUNIOR**, para membro suplente
- (c) **PAULO FONTOURA VALLE**, para membro efetivo
- (d) **JANETE DUARTE MOL**, para membro suplente
- (e) **JOSÉ RUBENS ALONSO**, para membro efetivo
- (f) **DANIEL CARLOS DOMINGUEZ MASSOLA**, para membro suplente

1.1. Breve currículo do Sr. Leonardo de Paiva Rocha:

Possui 39 anos de experiência profissional, tendo atuado como executivo financeiro e de RI em grandes organizações multinacionais e nacionais de capital aberto, tais como, Esso Brasileira de Petróleo, Exxon Química, Coca-Cola Indústrias Ltda. (Diretor de Planejamento Financeiro), Grupo Telefonica (Telesp - Vice-Presidente de Administração e Finanças e RI), Grupo Pão de Açúcar (Diretor Executivo de Controladoria, Finanças e RI), HP Brasil (Diretor de Administração e Finanças), Globex Utilidades S/A (Ponto Frio - Diretor Financeiro e de RI), Grupo Camargo Corrêa (CCDI-Diretor de Finanças e de RI) e Nextel Telecomunicações (VP de Finanças, Jurídico e Regulatório). Atua, desde Abril/2011, como sócio-diretor da Admiral Capital Partners, consultoria focada em projetos de redução de custos e assessoria financeira para operações de M&A e em mercado de capitais. É formado em engenharia mecânica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME-1981) e pós-graduado em administração de empresas-financeiras pela PUC/RJ (1991). Participou do CFO's Executive Program na University of Chicago (2007), de formação de conselheiros no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC-2009), de governança corporativa na Yale School of Management (2012), Conselhos de Administração/Comitês de Auditoria na Harvard Business School (2014), Private Equity – Investing and Creating Value Program na The Wharton School (2017), Effective Board Leadership Workshop no IFC (2017), Director's College do Rock Center for Corporate Governance na Stanford University (2017), do Programa para Conselheiro de Estatais na Fundação Dom Cabral (2019) e Corporate Compliance and Enforcement Program na New York University School of Law (2019). Programa Avançado para Conselheiros de Administração (IBGC-2020). Foi membro do Conselho de Administração (2016-2017) e presidente (2007-2008) do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças IBEF-SP. Em 2003, foi um dos três finalistas ao prêmio de melhor executivo de finanças concedido anualmente pelo IBEF-SP. É membro do IBGC e conselheiro consultivo da ONG Ação Comunitária. É conselheiro fiscal e membro do Comitê de Gestão e Finanças da Confederação Brasileira de Rugby. Integra o time de mentores de empresas da Endeavor, o Audit Committee Institute coordenado pela KPMG e o Board Members Program da EY. Foi membro do Conselho Fiscal da Abril Educação S.A. (2014-2015), empresa do Novo Mercado na BM&FBovespa. Integrou no período 2015/2016 o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria do Hotel Urbano, empresa de e-commerce. Desde Out/17, é Conselheiro Independente, coordenador do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos e membro do Comitê Financeiro da Norte Energia S.A. (Usina de Belo Monte). Atuou como membro do Comitê de Estratégia e Inovação da Gol Linhas Aéreas (2018-2019). Desde Fev/19, é conselheiro independente da Eletronuclear, coordenador do Comitê de Supervisão de Angra 3 e membro independente do Conselho da Eletronorte. Foi membro do Comitê de Partes Relacionadas do Banco Votorantim S.A. (2019-2020). É Conselheiro Independente Suplente da Smiles Fidelidade S.A. Atua desde Set/19 como Senior Advisor do BCG (Boston Consulting Group) e desde Jul/19 como Senior Advisor da Cypress Associates. Participa desde Out/19 do Conselho Consultivo da empresa MoveEdu, maior rede de escolas privadas de cursos livres de educação profissional do Brasil. Desde Out/20, é assessor do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê Financeiro da Holding Krasis (Bevap, Planova e Unitah). Atua desde Mar/20 como membro do Conselho Diretor da Junior Achievement Brasil.

1.2. Breve currículo do Sr. Clodomir Felix Fialho Cachem Junior:

Formado em Ciências Contábeis pela UFRJ e com Pós Graduação em Mercado de Capitais pela Bolsa Brasileira de Futuros e Business Managerial Economics pela IMD Business School, possui mais de 35 anos de experiência em Consultoria e Auditoria de Instituições Financeiras e outros segmentos.

Idealizador e fundador Nova Urca, especializada em Empreendimentos, Investimentos, Projetos Sociais e Mentoria, desde setembro/2018. Foi sócio líder da Deloitte Brasil para atendimento às empresas do setor financeiro no Brasil (setembro/2002 – Agosto/2018), Pela Arthur Andersen, atuou com Auditoria de Instituições Financeiras, incluindo o maior Banco de Investimentos da América Latina, de 1991 a 1999. Foi alçado à posição de Sócio no ano 2000 (setembro/1988 – setembro/2002); Gerente Sênior do Chase Manhattan Bank (Setembro/1986 – Setembro/1988) e Auditor Sênior na PwC (Setembro/1984 – Setembro/1986).

1.3. Breve currículo do Sr. Paulo Fontoura Valle:

Atualmente é Secretário do Tesouro Nacional. Foi Subsecretário do Regime de Previdência Complementar da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia de janeiro/2019 a outubro/2021; Diretor-Presidente da BRASILPREV de dezembro/2015 a março/2018; Subsecretário do Tesouro Nacional da Dívida Pública de abril/2006 a novembro/2015. Foi Coordenador-Geral de Operações da Dívida Pública; Chefe de Divisão de Operações da Dívida Pública; consultor na missão conjunta entre o FMI e o Banco Mundial na Nicarágua. Atuou como membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal em diversas empresas, tais como: Brasilprev, CEF, BB Financeira, BNDESPAR, Petroquímica Triunfo, Gaspetro, BNDES, BR Distribuidora, e Vale. Possui especialização em Economia pela George Washington University (1998) e MBA em Finanças pela IBMEC Brasília (1996).

1.4. Breve currículo da Sra. Janete Duarte Mol:

Secretária-Adjunta do Tesouro Nacional, foi Subchefe Adjunta de Finanças Públicas e Gerente de Projeto da Subchefia de Finanças Públicas da Casa Civil da Presidência da República de 2016 a 2021; Diretora do Departamento de Assuntos Macroeconômicos da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento; e Especialista da Secretaria do Tesouro Nacional no Banco Mundial em Washington D.C (EUA). Atua como membro do Conselho Fiscal da Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica desde 2013; atuou como membro do Conselho Fiscal da Cia Docas do Rio Grande do Norte (2010 a 2013) e é representante da Casa Civil no Conselho Curador do fundo de Garantia do Tempo de Serviço desde 2020. Graduada em Economia pela UFMG (1998) e em Matemática pela PUC-Minas (1996), tem Especialização em “The Theory and Operation of a Modern National Economy” pela George Washington University (2010) e Mestrado em Economia pela Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – UFMG (2001).

1.5. Breve Currículo do Sr. José Rubens Alonso:

Desenvolveu uma longa carreira como auditor e consultor do setor de seguros e resseguros, tendo construído reputação reconhecida no setor não apenas decorrente de sua atuação profissional na KPMG como também decorrente de ativa participação institucional atuando como membro de comissões de entidades ligadas aos mercados financeiro e de seguros, como Conselho Monetário Nacional (CMN), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como entidades profissionais relacionadas às áreas de auditoria e contabilidade, como Ibracon. Sua carreira foi desenvolvida na KPMG, de 1998 até 2011, tendo atuado como Sócio durante 20 anos. Possui experiência em Conselhos e Comitês de empresas do mercado segurador, atuando atualmente como membro do Comitê de Auditoria da Liberty Seguros, Indiana Seguros e Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT.

1.6. Breve Currículo do Sr. Daniel Carlos Dominguez Massola:

Construiu uma longa carreira em auditoria, com grande foco em serviços financeiros e, mais especificamente, em seguros, atuando em empresas grandes e com boa reputação em termos de auditoria e controles, seja como auditor externo (KPMG) e como executivo em posições de liderança de áreas de auditoria externa (ABN Amro Real, Itaú, Tribanco e, atualmente, FGC). Possui bom conhecimento do setor de seguros, tendo atuado no grupo de Serviços Financeiros (FSI) da KPMG por 12 anos especializando-se em auditoria e consultoria para o setor de seguros, assumindo posteriormente a área de auditoria interna das empresas de seguros, previdência e capitalização do Banco ABN Real por 7 anos e mais um ano no Itaú como responsável pela auditoria interna de vários

negócios, entre os quais o de seguros. Possui experiência em Conselhos/Comitês, tendo atuado como Presidente do Comitê de Auditoria interna da Liberty Seguros, de 2014 a 2020, Presidente da Comissão de Auditoria Interna do Sindicato das Seguradoras, de 2003 a 2007 e Membro do Comitê de Auditoria Interna da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP, em 2019

Dado o exposto, caso os candidatos acima sejam eleitos, a configuração do Conselho Fiscal da Companhia ficará da seguinte forma:

Nome do membro do Conselho Fiscal	Cargo
Leonardo de Paiva Rocha	Titular
Clodomir Felix Fialho Cachem Junior	Suplente
Paulo Fontoura Valle	Titular ^(*)
Janete Duarte Mol	Suplente ^(*)
José Rubens Alonso	Titular
Daniel Carlos Dominguez Massola	Suplente

^(*) Indicação pela União, na qualidade de detentora da *Golden Share*, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

ANEXO III

INFORMAÇÕES INDICADAS NOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

12.5 – Composição e Informações sobre os membros do Conselho Fiscal a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 31 de março de 2022.

A Companhia vem, por meio deste documento, fornecer aos seus acionistas as informações indicadas no item 12.5 do formulário de referência, conforme aplicável, relativamente aos candidatos ao Conselho Fiscal da Companhia indicados pela administração.

Propõe-se que o Conselho Fiscal seja composto por **3 (três)** membros efetivos, e **3 (três)** membros suplentes, com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, conforme segue:

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo de mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Leonardo de Paiva Rocha	24/03/1959	Conselho Fiscal	31/03/2022	Assembleia Geral Ordinária de 2023	1
598.802.797-00 N/A	Engenheiro	48 - C.F.(Efetivo)	31/03/2022	Não	100%
Clodomir Felix Fialho Cachem Junior	16/01/1962	Conselho Fiscal	31/03/2022	Assembleia Geral Ordinária de 2023	1
716.658.037-20 N/A	Contador	46 - C.F.(Suplente)	31/03/2022	Não	0%
Paulo Fontoura Valle	01/11/1963	Conselho Fiscal	31/03/2022	Assembleia Geral Ordinária de 2023	0
311.652.571-49 N/A	Servidor Público	48 - C.F.(Efetivo)	31/03/2022	Não	N/A

Janete Duarte Mol	25/06/1968	Conselho Fiscal	31/03/2022	Assembleia Geral Ordinária de 2023	0
706.380.636-04	Servidor Público	46 - C.F.(Suplente)	31/03/2022	Não	N/A
N/A					
José Rubens Alonso		Conselho Fiscal	31/03/2022	Assembleia Geral Ordinária de 2023	2
668.106.478-72	18/01/1954 Auditor	48 - C.F.(Efetivo)	31/03/2022	Não	100%
N/A					
Daniel Carlos Dominguez Massola		Conselho Fiscal	31/03/2022	Assembleia Geral Ordinária de 2023	2
064.668.558-99	07/06/1965 Administrador	46 - C.F.(Suplente)	31/03/2022	Não	0%
N/A					

(a) Currículos

Leonardo de Paiva Rocha - 598.802.797-00

Possui 39 anos de experiência profissional, tendo atuado como executivo financeiro e de RI em grandes organizações multinacionais e nacionais de capital aberto, tais como, Esso Brasileira de Petróleo, Exxon Química, Coca-Cola Indústrias Ltda. (Diretor de Planejamento Financeiro), Grupo Telefonica (Telesp - Vice-Presidente de Administração e Finanças e RI), Grupo Pão de Açúcar (Diretor Executivo de Controladoria, Finanças e RI), HP Brasil (Diretor de Administração e Finanças), Globex Utilidades S/A (Ponto Frio - Diretor Financeiro e de RI), Grupo Camargo Corrêa (CCDI-Diretor de Finanças e de RI) e Nextel Telecomunicações (VP de Finanças, Jurídico e Regulatório). Atua, desde Abril/2011, como sócio-diretor da Admiral Capital Partners, consultoria focada em projetos de redução de custos e assessoria financeira para operações de M&A e em mercado de capitais. É formado em engenharia mecânica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME-1981) e pós-graduado em administração de empresas-financeiras pela PUC/RJ (1991). Participou do CFO's Executive Program na University of Chicago (2007), de formação de conselheiros no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC-2009), de governança corporativa na Yale School of Management (2012), Conselhos de Administração/Comitês de Auditoria na Harvard Business School (2014), Private Equity – Investing and Creating Value Program na The Wharton School (2017), Effective Board Leadership Workshop no IFC (2017), Director's College do Rock Center for Corporate Governance na Stanford University (2017), do Programa para Conselheiro de Estatais na Fundação Dom Cabral (2019) e Corporate Compliance and Enforcement Program na New York University School of Law (2019). Programa Avançado para Conselheiros de Administração (IBGC-2020). Foi membro do Conselho de Administração (2016-2017) e presidente (2007-2008) do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças IBEF-SP. Em 2003, foi um dos três finalistas ao prêmio de melhor executivo de finanças concedido anualmente pelo IBEF-SP. É membro do IBGC e conselheiro consultivo da ONG Ação Comunitária. É conselheiro fiscal e membro do Comitê de Gestão e Finanças da Confederação Brasileira de Rubgy. Integra o time de mentores de empresas da Endeavor, o Audit Committee Institute coordenado pela KPMG e o Board Members Program da EY. Foi membro do Conselho Fiscal da Abril Educação S.A. (2014-2015), empresa do Novo Mercado na BM&FBovespa. Integrou no período 2015/2016 o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria do Hotel Urbano, empresa de e-commerce. Desde Out/17, é Conselheiro Independente, coordenador do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos e membro do Comitê Financeiro da Norte Energia S.A. (Usina de Belo Monte). Atuou como membro do Comitê de Estratégia e Inovação da Gol Linhas Aéreas (2018-2019). Desde Fev/19, é conselheiro independente da Eletronuclear, coordenador do Comitê de Supervisão de Angra 3 e membro independente do Conselho da Eletronorte. Foi membro do Comitê de Partes Relacionadas do Banco Votorantim S.A. (2019-2020). É Conselheiro Independente Suplente da Smiles Fidelidade S.A. Atua desde Set/19 como Senior Advisor do BCG (Boston Consulting Group) e desde Jul/19 como Senior Advisor da Cypress Associates. Participa desde Out/19 do Conselho Consultivo da empresa MoveEdu, maior rede de escolas privadas de cursos livres de educação profissional do Brasil. Desde Out/20, é assessor do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê Financeiro da Holding Krasis (Bevap, Planova e Unitah). Atua desde Mar/20 como membro do Conselho Diretor da Junior Achievement Brasil.

O candidato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o candidato declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Clodomir Felix Fialho Cachem Junior - 716.658.037-20

Formado em Ciências Contábeis pela UFRJ e com Pós Graduação em Mercado de Capitais pela Bolsa Brasileira de Futuros e Business Managerial Economics pela IMD Business School, possui mais de 35 anos de experiência em Consultoria e Auditoria de Instituições Financeiras e outros segmentos. Idealizador e fundador Nova Urca, especializada em Empreendimentos, Investimentos, Projetos Sociais e Mentoria, desde setembro/2018. Foi sócio líder da Deloitte Brasil para atendimento às empresas do setor financeiro no Brasil (Setembro/2002 – Agosto/2018), Pela Arthur Andersen, atuou com Auditoria de Instituições Financeiras, incluindo o maior Banco de Investimentos da América Latina, de 1991 a 1999. Foi alçado à posição de Sócio no ano 2000 (Setembro/1988 – Setembro/2002);

Gerente Sênior do Chase Manhattan Bank (Setembro/1986 – Setembro/1988) e Auditor Sênior na PwC (Setembro/1984 – Setembro/1986).

O candidato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o candidato declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Paulo Fontoura Valle – 311.652.571-49

Atualmente é Secretário do Tesouro Nacional. Foi Subsecretário do Regime de Previdência Complementar da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia de janeiro/2019 a outubro/2021; Diretor-Presidente da BRASILPREV de dezembro/2015 a março/2018; Subsecretário do Tesouro Nacional da Dívida Pública de abril/2006 a novembro/2015. Foi Coordenador-Geral de Operações da Dívida Pública; Chefe de Divisão de Operações da Dívida Pública; consultor na missão conjunta entre o FMI e o Banco Mundial na Nicarágua. Atuou como membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal em diversas empresas, tais como: Brasilprev, CEF, BB Financeira, BNDESPAR, Petroquímica Triunfo, Gaspetro, BNDES, BR Distribuidora, e Vale. Possui especialização em Economia pela George Washington University (1998) e MBA em Finanças pela IBMEC Brasília (1996).

O candidato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o candidato declarou que é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Janete Duarte Mol – 706.380.636-04

Secretária-Adjunta do Tesouro Nacional, foi Subchefe Adjunta de Finanças Públicas e Gerente de Projeto da Subchefia de Finanças Públicas da Casa Civil da Presidência da República de 2016 a 2021; Diretora do Departamento de Assuntos Macroeconômicos da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento; e Especialista da Secretaria do Tesouro Nacional no Banco Mundial em Washington D.C (EUA). Atua como membro do Conselho Fiscal da Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica desde 2013; atuou como membro do Conselho Fiscal da Cia Docas do Rio Grande do Norte (2010 a 2013) e é representante da Casa Civil no Conselho Curador do fundo de Garantia do Tempo de Serviço desde 2020. Graduada em Economia pela UFMG (1998) e em Matemática pela PUC-Minas (1996), tem Especialização em “The Theory and Operation of a Modern National Economy” pela George Washington University (2010) e Mestrado em Economia pela Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – UFMG (2001).

A candidata declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a candidata declarou que é, nos termos da legislação aplicável, considerada uma pessoa exposta politicamente.

José Rubens Alonso - 668.106.478-72

O Sr. Alonso desenvolveu uma longa carreira como auditor e consultor do setor de seguros e resseguros, tendo construído reputação reconhecida no setor não apenas decorrente de sua atuação profissional na KPMG como também decorrente de ativa participação institucional atuando como membro de comissões de entidades ligadas aos mercados financeiro e de seguros, como Conselho Monetário Nacional (CMN), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como entidades profissionais relacionadas às áreas de auditoria e contabilidade, como Ibracon. Sua carreira foi

desenvolvida na KPMG, de 1998 até 2011, tendo atuado como Sócio durante 20 anos. Possui experiência em Conselhos e Comitês de empresas do mercado segurador, destacando-se: Liberty Seguros – Membro do Comitê de Auditoria e Indiana Seguros – Membro do Comitê de Auditoria, ambos desde 2019; Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT – Membro do Comitê de Auditoria, desde 2017. Atuou ainda em outras empresas, sempre como membro de Comitê de Auditoria, no Grupo Sampo, Tokio Marine Seguradora, Grupo Icatu de Seguros, Munich RE Resseguradora, dentre outras. É graduado em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (1977).

O candidato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o candidato declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Daniel Carlos Dominguez Massola – 064.668.558-99

Construiu uma longa carreira em auditoria, com grande foco em serviços financeiros e, mais especificamente, em seguros, atuando em empresas grandes e com boa reputação em termos de auditoria e controles, seja como auditor externo (KPMG) e como executivo em posições de liderança de áreas de auditoria externa (ABN Amro Real, Itaú, Tribanco e, atualmente, FGC). Possui bom conhecimento do setor de seguros, tendo atuado no grupo de Serviços Financeiros (FSI) da KPMG por 12 anos especializando-se em auditoria e consultoria para o setor de seguros, assumindo posteriormente a área de auditoria interna das empresas de seguros, previdência e capitalização do Banco ABN Real por 7 anos e mais um ano no Itaú como responsável pela auditoria interna de vários negócios, entre os quais o de seguros. Possui experiência em Conselhos/Comitês, tendo atuado como Presidente do Comitê de Auditoria interna da Liberty Seguros, de 2014 a 2020, Presidente da Comissão de Auditoria Interna do Sindicato das Seguradoras, de 2003 a 2007 e Membro do Comitê de Auditoria Interna da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP, em 2019. Atualmente é Diretor de Auditoria Interna do Fundo Garantidor de Crédito. É graduado em Administração de Empresas pela FMU de São Paulo, com MBA em Gestão Atuarial e Riscos Financeiros, pela USP.

O candidato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o candidato declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

(b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal e do conselho de administração:

Todos os candidatos a membros do Conselho Fiscal da Companhia declaram, sob as penas da lei, e para todos os fins de direito, que, nos últimos 05 (cinco) anos, não estiveram sujeitos aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Nome	Percentual de participação nas reuniões realizadas no último exercício
Leonardo de Paiva Rocha	100
Clodomir Felix Fialho Cachem Junior	0%
José Rubens Alonso	100%
Daniel Carlos Dominguez Massola	0%

12.7 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável.

a) Currículos

Vide item 12.5(a) acima.

12.8 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável.

12.9 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há quaisquer de tais relações.

12.10 – Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não há quaisquer de tais relações.

ANEXO IV

INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária.

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

Política de Remuneração dos Administradores e Conselho Fiscal

A Companhia possui uma política de remuneração dos administradores e conselho fiscal, a qual foi aprovada pelo seu Conselho de Administração em 23 de outubro de 2020 (“Política”). A Política pode ser consultada no site de relações com investidores da Companhia e no site da CVM.

A Política tem por objetivo estabelecer as diretrizes de remuneração da Diretoria Estatutária e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal de forma a utilizar o pacote de remuneração como ferramenta de atração, motivação e retenção dos Administradores e assegurar que seja estruturada de forma justa e compatível com as funções e riscos inerentes a cada cargo, visando o alinhamento entre os interesses dos Administradores e da Companhia.

A Política foi elaborada de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976, do Regulamento do Novo Mercado da B3 e do Estatuto Social da Companhia, bem como com as demais regras e orientações expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além de observar as melhores práticas de mercado.

Para informações sobre a Política de Remuneração de empregados, incluindo diretores não estatutários, vide item 14.3 deste Formulário de Referência.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral de Acionistas, observadas as disposições legais sobre a matéria. A remuneração do Presidente do Conselho e dos membros do Conselho de Administração será fixa, denominada honorários mensais, não atrelada a presença em reuniões, e será paga em doze parcelas mensais. O honorário mensal deverá estar alinhado com as práticas de mercado, constatadas através de pesquisas anuais realizadas por consultoria conceituada e especializada neste tema, e busca remunerar os serviços dos Conselheiros, de acordo com sua dedicação e conforme o escopo das respectivas responsabilidades, incluindo, mas não limitado à participação em Comitês de Assessoramento ao Conselho.

Os membros do Conselho de Administração fazem jus ao benefício do plano de assistência médica e odontológica, sendo necessária a manifestação de opção do benefício. Adicionalmente, todos os membros do Conselho de Administração são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções. Não fazem jus a remuneração variável.

Diretoria Estatutária

A remuneração total da Diretoria Estatutária será composta por (i) remuneração fixa, (ii) remuneração variável, (iii) pacote de benefícios. Deverá, em suas componentes, estar alinhada às práticas de mercado, constatadas através de pesquisas anuais realizadas por consultoria conceituada e especializada neste tema.

(i) A remuneração fixa dos membros da Diretoria Estatutária, denominada honorários mensais, será paga em doze parcelas mensais. A definição do honorário mensal ocorrerá por determinação do Conselho de Administração, alinhada com a prática de mercado e com o objetivo de compensá-los pelos serviços prestados, bem como riscos e responsabilidades dos seus respectivos cargos na Companhia.

(ii) Além da remuneração fixa mensal, a Diretoria Estatutária fará jus a uma remuneração variável, que permitirá à Companhia recompensar os Diretores Estatutários por suas performances. A remuneração

variável de curto prazo ou ICP e a de longo prazo ou ILP serão mensuradas por indicadores de desempenho corporativo e individuais, definidos pelo Conselho de Administração e acompanhados periodicamente.

A remuneração variável será paga anualmente, e poderá envolver um ou mais dos seguintes componentes:

(a) Incentivo de Curto Prazo (Bônus) - ICP: compõe a parcela referente ao atingimento dos objetivos de curto prazo da Companhia e tem como objetivo premiar o atingimento e a superação das metas estabelecidas para o exercício. Possui caráter de remuneração e sobre o valor recebido pelo Executivo, incidirão todos os encargos sociais.

(b) Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas - ILP: compõe a parcela de longo prazo da remuneração variável, tendo por finalidade motivar e reter os membros da Diretoria Estatutária, alinhando os seus interesses aos da Companhia e de seus acionistas, além de estimular o crescimento de valor de mercado da Companhia, ampliando a visão de longo prazo, de forma empreendedora e sustentável. Possui caráter de remuneração e sobre o valor recebido pelo Executivo, incidirão todos os encargos sociais.

(iii) O pacote de benefícios aplicável aos Diretores Estatutários contempla: assistência médica e odontológica, plano de previdência complementar, check-up médico anual completo, seguro de vida em grupo, automóvel blindado, além de eventuais pagamentos de auxílio transferência.

A individualização dos incentivos e benefícios descritos acima é detalhada no Contrato de Gestão de cada membro da Diretoria Estatutária.

Diretoria Não-Estatutária

Os membros da Diretoria não-Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar; (ii) remuneração variável na forma de Participação nos Lucros e/ou Resultados (Lei nº 10.101/2000) atrelada a gatilhos mínimos de desempenho corporativo e ajustada de acordo com desempenho individual e das áreas sob gestão, assim como entregas estratégicas; e (iii) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica, aos diretores e dependentes cobertos, participação no plano de previdência privada ao qual a Companhia também realiza contribuições, vale-refeição e alimentação, seguro de vida e reembolso de despesas com educação dos filhos com limites previstos em acordo coletivo de trabalho.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixa, denominada honorários mensais, não atrelada a presença em reuniões, e será equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração mensal, em média, atribuída a cada Diretor Estatutário, não computados os benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Os membros do Conselho Fiscal não farão jus a remuneração variável, e, portanto, não são elegíveis a participar de programas de ICP e/ou ILP. Os membros deste Conselho farão jus ao benefício do plano de assistência médica e odontológica, sendo necessária a manifestação de opção do benefício.

Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Comitês

Todos os membros do Comitê de Auditoria são elegíveis a uma remuneração fixa mensal. Os membros dos demais comitês não recebem remuneração específica pela atuação nestes, exceto pelos membros do Conselho de Administração que participam dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração; estes recebem uma remuneração adicional. Adicionalmente, os membros dos Comitês são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total nos 3 últimos exercícios

sociais

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total nos últimos 3 exercícios:

2021

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Pós Emprego	Total
Conselho de Diretoria	100%	N/A	N/A	N/A	100%
Diretoria	86%	0%	0%	14%	100%
Diretoria Não-Conselho	92%	0%	N/A	8%	100%
Comitê de	100%	N/A	N/A	N/A	100%
Comitê de	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê Executivo de Gestão de	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Pessoas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

2020

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Pós Emprego	Total
Conselho de Diretoria	100%	N/A	N/A	N/A	100%
Diretoria	89%	0%	0%	11%	100%
Diretoria Não-Conselho	65%	26%	N/A	9%	100%
Comitê de	100%	N/A	N/A	N/A	100%
Comitê de	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê Executivo de Gestão de	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Pessoas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

2019

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Pós Emprego	Total
Conselho de Diretoria Estatutária.....	100%	N/A	N/A	N/A	100%
Diretoria Estatutária.....	33%	33%	23%	12%	100%
Diretoria Não-Estatutária.....	65%	27%	N/A	8%	100%
Conselho Fiscal.....	100%	N/A	N/A	N/A	100%
Comitê de Auditoria.....	100%	N/A	N/A	N/A	100%
Comitê de Investimentos.....	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Subscrição.....	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Governança.....	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê Executivo de Gestão de	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Pessoas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) metodologia do cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O valor global máximo a ser pago aos Diretores Estatutários a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautada em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é definida anualmente pelo Conselho de Administração, com base em pesquisas de remuneração executiva.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Não-Estatutários é determinada pela Diretoria Estatutária com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. Os Diretores Não-Estatutários também podem ser elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho com os representantes da categoria. Como a remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, o critério acima se aplica também para este componente de remuneração.

A remuneração do Conselho Fiscal é definida em no mínimo 10% da média da remuneração fixa dos Diretores Estatutários e podem ser utilizadas pesquisas de mercado para manter a competitividade de remuneração, respeitando-se o valor mínimo.

Não há índice ou periodicidade pré-definida para reajustes nas remunerações tratadas na Política. Eventuais atualizações do pacote de remuneração total serão baseadas na movimentação do mercado e/ou em alterações na Estrutura Organizacional da Companhia que impliquem em modificações na Diretoria Estatutária.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos Diretores Estatutários da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(v) a existência de membros não remunerados e justificativa

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal possuem membros suplentes que são remunerados apenas no caso de indisponibilidade temporária do membro titular.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores de desempenho da Companhia e dos Diretores Estatutários são: Índice Combinado Ampliado [(Sinistros Retidos + Custos de Aquisição + Outras Receitas e Despesas Operacionais + Despesas Administrativas + Despesas Tributárias) / (Prêmios Ganhos + Resultado Financeiro e Patrimonial)], sendo este o gatilho determinante para o pagamento de remuneração variável no exercício, Resultado das Operações de Resseguros, Resultado das Aplicações Financeiras e de Gestão de Despesas, além de outras métricas específicas das diversas diretorias e áreas da Companhia, as quais serão definidas pelo Conselho de Administração e acompanhadas periodicamente.

A remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal não é impactada por indicadores de desempenho assim como a dos Diretores das áreas de Riscos e Conformidade são predominantemente impactadas por entregas da área.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Parcela significativa do valor total pago aos Diretores Estatutários é recebida na forma de remuneração variável, a qual é consideravelmente impactada pelos indicadores de desempenho acordados junto ao Conselho de Administração no exercício, levando-se em conta os resultados históricos e o planejamento estratégico da Companhia.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores

diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros de sua Administração. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

A **Assembleia Geral de Acionistas** é a responsável pela aprovação do montante global destinado à remuneração dos Administradores.

Ao final de cada exercício, o **Conselho de Administração**, fará elaborar, baseando-se na recomendação do **Comitê de Pessoas, Nomeação e Remuneração**, proposta para o montante global de remuneração dos Administradores, que será submetida à aprovação da Assembleia Geral.

A **Diretoria de Pessoas** elabora a proposta segundo as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração, e o **Comitê de Pessoas, Nomeação e Remuneração** analisa e submete a mesma à aprovação do Conselho de Administração, que a encaminha então para deliberação da Assembleia Geral.

Aprovada a proposta de montante global de remuneração dos Administradores, caberá a Assembleia Geral deliberar também sobre a remuneração do Presidente e dos membros do Conselho de Administração e a este Conselho, em reunião, fixar a remuneração individual dos membros da Diretoria Estatutária.

ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

Anualmente, a Companhia contrata uma consultoria especializada em remuneração de executivos a fim de avaliar a competitividade da remuneração recebida por seus administradores. A pesquisa é feita anualmente e conta com mais 60 empresas do segmento de seguros, resseguros e brokers no Brasil. O resultado da pesquisa é submetido ao Comitê de Pessoas, Nomeação e Remuneração e em seguida ao Conselho de Administração para a aprovação de eventuais reajustes. O objetivo é manter a remuneração da Companhia ao que está sendo praticado pelas empresas, mitigando riscos de perda de executivos e recompensando por resultados de curto e de longo alcançados.

iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

O Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia anualmente, quando da fixação da remuneração individual da Diretoria Estatutária. Verifica-se se a prática da Companhia condiz com as responsabilidades de cada membro da administração e se está alinhada aos valores praticados por empresas similares no mesmo segmento.

13.2 Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10	5	6	21
Nº de membros remunerados	10	5	3	18
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.208.000,00	7.923.710,00	622.176,00	14.753.886,00
Benefícios direto e indireto	310.400,00	2.165.592,00	0,00	2.475.992,00
Participações em comitês	2.160.000,00	0,00	0,00	2.160.000,00
Outros	0,00	1.112.904,00	0,00	1.112.904,00
Descrição de outras remunerações fixas		Pagamentos de verbas de Retenção. Para mais informações, vide item 13.16.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.092.212,08	0,00	5.092.212,08
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	1.321.938,95	0,00	1.321.938,95
Cessação do cargo				
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.888.523,60	0,00	4.888.523,60
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado	

	mensalmente, com duas casas decimais.	mensalmente, com duas casas decimais.	mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	8.678.400,00	22.504.880,63	622.176,00	31.805.456,63

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,17	4,42	7,50	22,09
Nº de membros remunerados	10,17	4,42	3,75	18,34
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.474.000,00	8.007.013,63	732.000,00	14.213.013,63
Benefícios direto e indireto	554.215,77	1.051.303,77	0,00	1.605.519,54
Participações em comitês	2.340.000,00	0,00	0,00	2.340.000,00
Outros	0,00	16.068.460,58	0,00	16.068.460,58
Descrição de outras remunerações fixas	-	Pagamentos de verbas de Retenção e de gratificação extraordinária. Para mais informações, vide item 13.16.	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	2.386.894,68	0,00	2.386.894,68
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a	

	média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	8.368.215,77	27.513.672,66	732.000,00	36.613.888,43

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,75	3,67	8,00	25,42
Nº de membros remunerados	8,25	3,67	4,00	15,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.880.000,00	6.960.501,23	715.620,00	11.556.121,23
Benefícios direto e indireto	308.945,53	1.025.392,48	0,00	1.334.338,01
Participações em comitês	850.000,00	0,00	0,00	850.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	997.604,80	0,00	997.604,80
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada	

	órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	5.038.945,53	8.983.498,51	715.620,00	14.738.064,04

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	14,08	3,00	6,92	24,00
Nº de membros remunerados	10,25	3,00	4,30	17,55
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.395.000,00	5.065.609,83	702.361,19	9.162.971,02
Benefícios direto e indireto	0,00	882.120,75	0,00	882.120,75
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.092.398,97	0,00	6.092.398,97
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	2.127.165,07	0,00	2.127.165,07
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.124.750,88	0,00	4.124.750,88
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021 o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a	

	média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	3.395.000,00	18.292.045,50	702.361,19	22.389.406,69

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente em 31/12/2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10	5	6	21
Nº de membros remunerados	0	5	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2.036.885,00	0,00	2.036.885,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.092.212,00	0,00	5.092.212,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	4.073.770,00	0,00	4.073.770,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,17	4,42	7,50	22,09
Nº de membros remunerados	N/A	0,00	N/A	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2.280.953,00	0,00	2.280.953,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.561.906,00	0,00	4.561.906,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	4.561.906,00	0,00	4.561.906,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	13,75	3,67	8,00	25,42
Nº de membros remunerados	N/A	0,00	N/A	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1.418.640,87	0,00	1.418.640,87
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	6.490.682,44	0,00	6.490.682,44
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	5.476.274,12	0,00	5.476.274,12
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	14,08	3	6,92	24
Nº de membros remunerados	0	3	0	3
Bônus	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	1.403.463	0	1.403.463
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	6.373.129	0	6.373.129
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	5.379.196	0	5.379.196
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social		6.092.398,97		6.092.398,97
Participação nos resultados	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações para a Diretoria Estatutária, não extensivo aos membros do Conselho de Administração.

(a) Termos e Condições Gerais

O Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas (“Programa”) foi aprovado e começou a vigor em 14 de março de 2019, consistindo na concessão, por parte da Companhia, de ações com valor total equivalente ao valor do Incentivo de Longo Prazo aprovado pelo Conselho de Administração para cada elegível (“Participante”), no momento da aquisição das ações e posterior transferência de titularidade.

O Programa será administrado pelo Conselho de Administração, com assessoria do Comitê de Pessoas, Nomeação e Remuneração e Nomeação e da Diretoria de Pessoas, o qual terá poderes para criar e aplicar normas relativas à outorga de ações restritas, definir a elegibilidade dos Participantes e autorizar a alienação das ações em tesouraria para satisfazer a outorga de ações restritas.

Para os fins do Programa, serão outorgadas ações ordinárias aos Participantes, podendo a Companhia utilizar ações em tesouraria. Preferencialmente, as ações destinadas ao custeio do Programa terão sua origem em recompra no mercado, estando sujeitas à lei e à regulamentação contábil e fiscal em vigor.

(b) Principais objetivos do plano

O Programa tem por objetivo outorgar ações restritas aos Participantes, com vistas a: (i) compor o pacote de remuneração dos elegíveis, mantendo a competitividade com o mercado, visando atrair e reter os melhores profissionais; (ii) alinhar os interesses dos elegíveis e dos acionistas da Companhia; e (iii) estimular o crescimento do valor de mercado da Companhia, ampliando a visão a longo prazo, de forma empreendedora e sustentável.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Programa gera um potencial de ganho ao executivo baseado no desempenho das ações da Companhia no mercado. Portanto, torna a remuneração total competitiva para atração e retenção de talentos.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Programa alinha os interesses dos Participantes ao desempenho das ações da Companhia no longo prazo.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A remuneração gradativa baseada em ações por parte dos administradores, enquadrados como Participantes, é uma forma de incentivá-los a conduzir com êxito os negócios da Companhia, alinhando seus interesses aos dos acionistas da Companhia.

(f) Número máximo de ações abrangidas

Para definição da quantidade de ações a outorgar, será necessário realizar o seguinte cálculo: Montante de ILP (conforme gráfico constante do Programa) dividido pela média do valor da ação nos 30 pregões anteriores à publicação do resultado anual da Companhia. Sendo que a diluição do valor patrimonial da Companhia com a implementação do Programa será de até 1%.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável para o Programa.

(h) Condições de aquisição de ações

A concessão das ações restritas ocorrerá anualmente, a partir da data de vigência do Programa. A apuração dos direitos às ações restritas se dará após a publicação do resultado anual da Companhia. Para 2022 foi estabelecido que o indicador para a apuração do Programa é o Índice Combinado Ampliado e que o gatilho para a concessão de ações restritas será o alcance de, no mínimo, 90% da meta estabelecida para este indicador. De acordo com o nível de alcance do montante aprovado individualmente.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável para o Programa.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

O período de carência (*vesting*) será de 4 anos, sendo que o valor será concedido da seguinte forma: (i) ano 0 – outorga das ações restritas; (ii) ano 1 – 0; (iii) ano 2 – 1/3; (iv) ano 3 – 1/3; e (v) ano 4 – 1/3.

(k) Forma de liquidação

O pagamento no âmbito do Programa ocorrerá via concessão de ações, transitando pela folha de pagamento e com o recolhimento dos encargos obrigatórios.

(l) Restrições à transferência das ações

Poderá a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, impor restrições às ações adquiridas, em relação a sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante dessas mesmas ações restritas.

Adicionalmente, enquanto os direitos às ações restritas não forem plenamente exercidos, nos termos e condições estabelecidas, o Participante não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as ações restritas.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Qualquer alteração legal significativa na regulamentação das sociedades por ações, companhias abertas, relações trabalhistas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações poderá levar à revisão integral do Programa.

Nos casos de fusão, cisão, incorporação ou transformação da Companhia, bem como no caso de incorporação de ações e alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia, em decorrência de grupamento, desdobramento, bonificações de ações e conversão de ações, deverão ser efetuados os ajustes necessários ao Programa já instituído.

Adicionalmente, dentre as causas que podem gerar a alteração ou extinção do Programa, está a ocorrência de fatores que causem grave mudança no panorama econômico e que comprometam a situação financeira da Companhia.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano

Em caso de desligamento do Participante, as ações restritas dentro do período de carência seguirão as definições a seguir, mediante a forma de desvinculação: (i) desligamento por iniciativa da Companhia: proporcional ao período trabalhado (pro rata); (ii) aposentadoria definitiva, morte ou

invalidez: a totalidade das ações restritas *unvested* serão disponibilizadas ao Participante em até 90 dias. O valor pro rata do último ano trabalhado será pago em até 90 dias após a publicação do resultado anual; e (iii) desligamento voluntário e desligamento por justa causa: perde-se o direito dos valores *unvested*.

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus Diretores Estatutários e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo Conselho de Administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,17	4,42
Nº de membros remunerados	N/A	4,42
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	0
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	13,75	3,67
Nº de membros remunerados	N/A	3,67
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	0
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8	3
Nº de membros remunerados	N/A	3
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	0
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

A Companhia esclarece que estes modelos de precificação não se aplicam, pois o IRB não trabalha com *stock options*, e sim com ações restritas. O valor aprovado para o Plano de Incentivo de Longo Prazo do exercício é convertido em ações após a dedução de encargos e benefícios e utiliza o preço médio ponderado dos 30 pregões anteriores à divulgação de resultado do 4º Trimestre.

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Ações	
Conselho de Administração	40.917 ações
Diretoria Estatutária	N/A
Conselho Fiscal	8.400 ações

13.10 Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,17	5
Nº de membros remunerados	N/A	5
Nome do plano	N/A	Plano Previdencial B
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	Pelo INSS: 0 Pelas regras do Plano Previdencial B: 0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Após cessação do vínculo empregatício com o Patrocinador e tiver cumprido a carência mínima de 60 (sessenta) meses de vinculação ininterrupta ao plano.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 1.537.611,50 até 31/12/2021
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 1.315.008,85 em 31/12/2021
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Após a cessação do vínculo empregatício com o Patrocinador, o participante possui direito, a qualquer momento, de resgatar o saldo da conta Participante e, a partir de sessenta meses de contribuição ao Plano, passa a ter direito ao benefício de renda vitalícia. No momento do pedido, o Participante pode sacar, à vista, até 25% do saldo acumulado nas contas Participante e Patrocinador, convertendo o restante em

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	4,42	3,67	3,00	10,17	13,75	14,08	7,50	8,00	6,92
Nº de membros remunerados	4,42	3,67	3,00	10,17	8,25	10,25	3,75	4,00	4,3
Valor da maior remuneração (Reais)	13.362.281,39	3.016.763,73	8.092.559,11	1.654.000,00	624.262,32	425.000,00	188.000,00	182.655,00	164.994,00
Valor da menor remuneração (Reais)	2.482.278,80	330.876,22	2.527.674,05	720.000,00	576.294,04	309.800,00	64.000,00	177.655,00	164.994,00
Valor médio da remuneração (Reais)	6.224.812,67	2.447.819,76	6.097.348,50	822.833,41	610.781,28	331.219,51	195.200,00	178.905,00	163.339,81

Observação

Diretoria Estatutária

31/12/2021	A remuneração média do órgão é calculada pelo total da remuneração reportado no item 13.2 dividido pelo número de membros remunerados; A maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão, observado que a maior remuneração foi paga a diretor que permaneceu no cargo por 3 meses, contemplando, o valor pago a título de bônus de retenção. Para mais informações, vide item 13.16.
31/12/2020	A remuneração média do órgão é calculada pelo total da remuneração reportado no item 13.2 dividido pelo número de membros remunerados; A maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão e o respectivo membro exerceu 10 meses no período; A menor remuneração seguiu os termos do Ofício SEP 1/2021, considerando que nenhum dos diretores exerceu seu respectivo cargo por 12 meses, o valor da menor remuneração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício.
31/12/2019	A remuneração média do órgão é calculada pelo total da remuneração reportado no item 13.2 dividido pelo número de membros remunerados; a maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão.

Conselho de Administração

31/12/2021	A remuneração média do órgão é calculada pelo total da remuneração reportado no item 13.2 dividido pelo número de membros remunerados; a maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão (o valor representa 12 meses exercidos pelo membro) e a menor remuneração foi apurada excluindo-se os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses
31/12/2020	A remuneração média do órgão é calculada pelo total da remuneração reportado no item 13.2 dividido pelo número de membros remunerados; a maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão (o valor representa 12 meses exercidos pelo membro) e a menor remuneração foi apurada excluindo-se os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses
31/12/2019	A remuneração média do órgão é calculada pelo total da remuneração reportado no item 13.2 dividido pelo número de membros remunerados; a maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão (o valor representa 5 meses exercidos pelo membro) e a menor remuneração foi apurada excluindo-se os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses

Conselho Fiscal

31/12/2021	A remuneração média do órgão é calculada pelo total da remuneração reportado no item 13.2 dividido pelo número de membros remunerados; a maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão (o valor representa 12 meses exercidos pelo membro) e a menor remuneração foi apurada excluindo-se os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses
31/12/2020	A remuneração média do órgão é calculada pelo total da remuneração reportado no item 13.2 dividido pelo número de membros remunerados; a maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão (o valor representa 12 meses exercidos pelo membro) e a menor remuneração foi apurada excluindo-se os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses

31/12/2019	A remuneração média do órgão é calculada pelo total da remuneração reportado no item 13.2 dividido pelo número de membros remunerados; a maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão (o valor representa 12 meses exercido pelo membro) e a menor remuneração foi apurada excluindo-se os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses
-------------------	---

13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

No caso de rescisão do Contrato sem justo motivo, o Executivo fará jus à remuneração fixa mensal proporcional exclusivamente aos dias trabalhados no mês corrente, bem como à “Remuneração Variável de Curto Prazo” proporcional exclusivamente ao período trabalhado no ano corrente, devendo o cumprimento das metas de curto prazo serem apuradas com base no acumulado do ano até o mês imediatamente anterior à data da rescisão.

Em relação aos demais programas de remuneração já aprovados ou que venham a ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, no caso de rescisão, as Partes deverão obedecer rigorosamente ao regramento específico de cada programa do qual o Executivo seja beneficiário. Tais eventuais programas não poderão afetar o Bônus de Retenção, citado no item 13.16 abaixo.

Adicionalmente, a Companhia, a depender do executivo, pode oferecer a celebração de contratos de não competição quando de sua destituição. Tais contratos possuem prazo de duração entre 12 e 24 meses e incluem pagamentos parcelados que variam conforme o valor do salário recebido pelo administrador.

Por fim, a Companhia celebra acordos de indenidade com seus administradores, conforme descrito no item 12.11 deste Manual.

13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui acionista controlador desde 2019.

13.14 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, uma vez que os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não receberam qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupavam nos três últimos exercícios sociais.

13.15 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, tendo em vista que os administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia não receberam remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas nos três últimos exercícios sociais.

13.16 Outras Informações Relevantes

Bônus de Retenção (membros da Diretoria Estatutária)

A Companhia definiu, no momento de contratação dos membros de sua Diretoria Estatutária em 2020, bônus de retenção, com objetivo de: (i) garantir a retenção destas posições chave e (ii) compensar eventuais perdas de remuneração total a serem pagas por seus respectivos ex-empregadores.

O pagamento do Bônus de Retenção será realizado em 3 parcelas iguais, corrigidas pelo IPCA do período, no mês de maio dos anos 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025. A parcela efetivamente paga em 2021 e a prevista para pagamento em 2022 foram reportadas no item 13.2 no campo “outras remunerações fixas”.